

Corpo e Alma do Brasil

BORIS FAUSTO

TRABALHO
URBANO E
CONFLITO
SOCIAL



SEGUNDA PARTE

A CLASSE OPERÁRIA E SEU MOVIMENTO

(1890-1917)

CAPÍTULO I

CORRENTES ORGANIZATÓRIAS E SEU CAMPO DE INCIDÊNCIA

Dos fins do século XIX até o início dos anos vinte, três correntes em grau variável tiveram influência no movimento operário: o anarquismo, o socialismo reformista e o "trabalhismo". Nem sempre é fácil distinguir, em situações concretas, entre as duas últimas. De um modo geral, os socialistas reformistas, como se sabe, buscam a transformação gradativa do sistema social existente e defendem a autonomia organizatória dos trabalhadores; o grupo dos trabalhistas, no caso, corresponde aos que pretendem obter tão-somente a conquista de alguns direitos operários, sem pôr em questão os fundamentos do sistema social, inclinando-se a incentivar implicitamente a heteronomia sindical (1).

1. O "trabalhismo" carioca

O papel do "trabalhismo" não é desprezível, no Rio de Janeiro. Dominante na última década do século XIX, cedeu terreno ao anarquismo, mas nunca desapareceu de todo, expressando em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária.

(1) Optei deliberadamente pelo uso da designação "trabalhista" para indicar a existência do embrião de uma corrente que vários anos mais tarde, em outras condições, teria forte influência no movimento operário brasileiro.

Quais as razões da maior influência trabalhista no Distrito Federal? Em fins do século, a Capital da República não só é a única cidade brasileira de tamanho considerável como a única que tem uma estrutura social diversificada. Aí se concentra um segmento menos dependente das classes agrárias, constituído pela classe média profissional e burocrática e sobretudo por grupos funcionais inclinados a não se identificar com a burguesia cafeeira: militares de carreira, alunos da Escola da Praia Vermelha, subsidiariamente estudantes das escolas superiores (2). Por outro lado, forma-se um núcleo de trabalhadores em setores vitais dos serviços (ferroviários, marítimos, doqueiros), intocados na época pela ideologia anarquista. Sem dúvida, os setores intermediários carecem social e politicamente de homogeneidade. Ainda assim, a existência destes setores em uma situação de menor dependência das classes agrárias e as características apontadas do proletariado nascente dão fundamento aos tímidos projetos de constituição de partidos operários de tipo trabalhista. Os indícios de uma tentativa de atração da classe surgem com maior clareza quando o projeto hegemônico da burguesia do café começa a se implantar, com a ascensão de Prudente de Moraes à Presidência da República (1894). O "jacobinismo" carioca toma conteúdo mais definido, expressando o inconformismo pelo triunfo da oligarquia paulista por parte de quadros das Forças Armadas, de políticos das áreas desvinculadas do núcleo hegemônico (3).

(2) Sob o aspecto quantitativo, o grupo de servidores públicos, profissionais liberais e sacerdotes representava 4,6% da população ocupada da cidade de São Paulo em 1893 e 8,6% da população ocupada do Rio de Janeiro em 1890. Cf. Relatório de 1894 e Censo de 1890. A Capital da República tenderia a se converter cada vez mais na cidade dos serviços, não só os ligados às profissões liberais e burocráticas como ainda ao chamado "setor degradado". Segundo os dados do censo demográfico de 1920, em 1919 apenas 38,4% da população economicamente ativa aí se vinculava à produção física, correspondendo 61,6% aos serviços (15% aos serviços domésticos). Citado por Cano, p. 249. Deita assim raízes na estrutura de classes e não apenas no meio geográfico (a praia etc.) o contraste entre São Paulo como "cidade do trabalho" e o Rio de Janeiro como "irresponsável cidade do ócio".

(3) Os dados biográficos das figuras de maior prestígio nos meios jacobinos são expressivos. Alexandre José Barbosa Lima, nasceu no Recife a 23 de março de 1862. Assentou praça no Exército em 1882, percorrendo a carreira militar desde alferes-aluno até reformar-se como coronel graduado em 1912. Era bacharel em matemática e ciências físicas pelo curso de engenharia-militar. Residiu no Ceará entre 1889-1890, onde foi professor de geometria na Escola Militar. Eleito por esse Estado à Cons-

ta do mesmo tempo, deita raízes na insatisfação social reinante em amplas camadas da população do Rio de Janeiro, atingidas pela inflação e as más condições de vida que vêm no comércio em mãos dos portugueses a origem ostensiva de suas dificuldades. O pasquim *O Jacobino*, publicado intermitentemente por Deocleciano Martir, ao lado de apelos aos trabalhadores, insiste com enorme virulência nesta tecla (4).

tituinte de 1890, em 1892 foi nomeado por Floriano governador de Pernambuco. Posteriormente elegeu-se deputado por Pernambuco, pelo Rio Grande do Sul e, a partir de 1906, por várias vezes, pelo Distrito Federal. Desterrado para Fernando de Noronha após o atentado de novembro de 1897 contra Prudente de Moraes, tomou parte ativa na chamada revolta da vacina de 1904.

Irineu Machado, nascido no Distrito Federal a 15 de dezembro de 1872, bacharelou-se em Direito no Recife em 1892. Advogado no Rio de Janeiro, foi por algum tempo funcionário da Central do Brasil — um dos seus redutos eleitorais. Deputado pela Capital da República, florianista, esteve envolvido também no atentado contra Prudente de Moraes. Embora tenha ficado ao lado de Rui Barbosa, em 1910, apoiou Nilo Peçanha em 1921, tendo sido intermediário na divulgação das "cartas falsas". Bernardes forçou sua "degola", apesar de ter sido legitimamente eleito senador. Nos últimos anos da década de vinte, afastou-se dos núcleos contestadores e sustentou a candidatura Julio Prestes.

Nilo Peçanha, nasceu em Campos, a 2 de outubro de 1864. Bacharel em Direito, antiescravista, republicano, elegeu-se deputado e senador pelo Estado do Rio. Florianista, Vice-Presidente da República na chapa de Afonso Pena, assumiu a presidência nos últimos meses de mandato deste, favorecendo a eleição de Hermes da Fonseca. Foi candidato à presidência pela "Reação Republicana" e a sua morte, ocorrida em 1924, provocou grande consternação entre os tenentes.

Lauro Sodré, nasceu em Belém a 17 de outubro de 1858. Assentou praça em 1886, chegando a general de brigada, posto em que foi reformado em 1913. Engenheiro militar, doutor em matemática e ciências físicas, secretário de Benjamin Constant no Ministério da Guerra e da Instrução Pública. Elegeu-se deputado à Constituinte pelo Pará. Nomeado pouco depois governador de seu Estado, opôs-se ao golpe "deodorista" de 3 de novembro de 1891. Senador pelo Pará, reelegeu-se pelo Distrito Federal em 1903. Em 1898 candidatou-se à Presidência da República, opondo-se a Campos Sales. Ao lado de Barbosa Lima, foi figura central na "revolta da vacina". Positivista e grão-mestre da maçonaria brasileira. (Os dados menos conhecidos destas referências biográficas são de Dunshee de Abranches — *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil* — 1889-1917. São Paulo, 1918.)

(4) *O Jacobino* de 13-10-1894 publica um protesto de trabalhadores da Alfândega por terem sido admitidos portugueses no quadro de servidores, em detrimento dos nacionais. Lança também uma furiosa carga aos portugueses: "A Notícia de 8 do corrente diz que embarcaram em Lisboa,

- De um ângulo mais pragmático, o fato de que os operários do quadro das empresas estatais eram brasileiros e eleitores — sendo o alistamento condição para o ingresso ao serviço — incentivou também a tentativa de formação de partidos operários com fins eleitorais (5).

Dentre os três "partidos operários" fundados no Rio de Janeiro na década dos noventa, dois são de menor significado e um deles é mais expressivo não tanto pela organização em si, como pela figura de seu principal dirigente. O frágil Partido Operário encabeçado por Gustavo de Lacerda surgiu em 1890 e desapareceu após uma breve atividade. Lacerda era um ex-militar e jornalista que, segundo parece, fora forçado a deixar as fileiras por sustentar pontos de vista socialistas. Na realidade, seu comportamento pouco ou nada tinha a ver com o socialismo: defendia a criação de cooperativas em vez de sindicatos militantes e considerava a greve uma arma ineficiente, utilizável somente em último recurso. O agrupamento se esfacelou após ser derrotado nas eleições de 1890. As dissensões internas levaram seu órgão (*Voz do Povo*) à falência.

Na mesma época, Luiz França e Silva promoveu a formação de outro Partido Operário e a edição do jornal *Eco Popular*. O núcleo de França e Silva se declarava também contrário às greves, defendendo a necessidade de conceder direitos aos trabalhadores através de negociações. O partido e o jornal desapareceram, após as eleições de 1890, quando seu principal animador e outro candidato receberam juntos somente 804 votos. Em 1892, França e Silva organizou o chamado I Congresso Operário Nacional, ao qual compareceram cerca de 400 pessoas. O programa aprovado na reunião foi lido na Câmara dos Deputados pelo Deputado Lauro Müller, que defendeu a instituição das oito horas diárias de trabalho (6). Mas não há notícia de atividade

no vapor Orenoco, com destino ao Brasil, duzentos imigrantes portugueses, homens, mulheres e crianças. Pois quê! Será exato? Teremos mais lixo em nosso país? Pois deixam a África pelo ingrato Brasil? Renegados infames! No Brasil, a árvore das patacas os espera e quando estiverem já com o pandulho cheio escoiciem à vontade, pois é esse o característico da gente portuguesa. O nosso grande consolo é que a patilótica febre amarela aqui também os espera sequiosa. E era uma vez a mindelada! (7)

(5) Cf. Maurício de Lacerda — *Evolução Legislativa do Direito Social Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1960, p. 71.

(6) Os dados são essencialmente de Maram, *ob. cit.*, e de *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 1892, vols. I e II.

do partido, novamente fundado por França e Silva e seu grupo nesta reunião.

Em 1890, o Centro Artístico do Rio de Janeiro transformou-se em Partido Operário, sob a presidência do tenente da Marinha José Augusto Vinhaes. Vinhaes simboliza a figura do militar de idéias socializantes, com contatos no meio operário, para quem a República de 1889 não deveria se identificar com 1789, mas com a "república social". Este precursor dos Cascardo, dos Sisson, figura de exceção de uma corporação marcadamente conservadora, nasceu no Maranhão (1857), filho de um rico comerciante português. Educado na Europa, regressou ao Brasil e ingressou na Marinha. Abolicionista e republicano, esteve presente no episódio de 15 de novembro, elegendo-se deputado à Constituinte, em 1890. Sua principal base se encontrava nos empregados e trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil. Graças às boas relações entre Vinhaes e Deodoro, o Partido Operário obteve deste uma alteração de dispositivos do Código Penal de 1890 que definiam como crime a paralisação do trabalho (7).

O tenente-deputado tratou de se ligar às lutas operárias nascentes, ao mesmo tempo em que buscava colocá-las a serviço de determinadas facções políticas, em disputa nos primeiros e incertos anos da República. Em fevereiro de 1891, defendeu na Câmara, os ferroviários da Central em greve; em maio do mesmo ano, foi a Santos por ocasião de uma greve de doqueiros, reprimida com grande aparato. Após tentar servir sem êxito de intermediário, Vinhaes solidarizou-se com os grevistas, aconselhando-os a prosseguir na luta. Pressionado pelo comércio local, o delegado de Santos acabou por forçar seu regresso ao Rio de Janeiro. No curso de 1891, Vinhaes afastou-se gradativamente de Deodoro e não por acaso foi reformado, a pretexto de invalidez. Ligou-se em novembro daquele ano aos florianistas, desencadeando uma greve na Central do Brasil durante o movimento que forçou a renúncia de Deodoro. Por algum tempo, sua adesão ao florianismo levou-o a desestimular as mobilizações operárias. Pequenos interesses de grupo e esta circunstância explicam suas críticas ao Congresso Operário de maio de 1892, do qual esteve ausente: "a questão operária atravessa no Brasil uma fase brilhante e não deve, de

(7) Decreto n.º 1162, de 12 de dezembro de 1890. Cf. Evaristo de Moraes — *Apontamentos de direito operário*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1971, p. 59.

modo algum, manchar-se na politicalha que se faz em revindita, ao chefe do Estado". Como defensor da classe que é a base da sociedade e como florianista não podia admitir se especulasse com ela (8).

Mas ele também especulava. Em agosto de 1893, quando Floriano recusou-se a cumprir *habeas-corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal em favor de federalistas do navio mercante *Júpiter*, rompeu violentamente com o marechal e renunciou ao mandato. Um mês depois colocava-se ao lado do contra-almirante Custódio José de Mello, na Revolta da Armada, tentando mais uma vez articular uma greve na Central do Brasil. Exilado após a derrota da revolta, reapareceu em 1899/1900, em uma conspiração envolvendo republicanos desencantados e monarquistas. Há ainda uma última referência à sua atividade nos meios operários em 1903, quando foi eleito para a diretoria do Centro Doméstico, precursor do Centro Cosmopolita e presidiu uma reunião do Centro das Classes Operárias que planejava o 1.º de maio (9).

A heterogeneidade dos grupos em que Vinhaes se apoiava e a reduzida importância da classe operária impediram que sua política chegasse a frutificar. Entretanto, quaisquer que fossem seus limites e contradições, representou uma das raras vozes democráticas e progressistas no rústico cenáculo parlamentar da época onde, como dizia Lopes Trovão, até os congressistas cuspiam no chão. Na Câmara, denunciou os efeitos do inflacionismo de Rui Barbosa sobre os salários reais da população trabalhadora, defendeu a eleição direta do Prefeito do Distrito Federal e, com gerais protestos, o direito de voto do estrangeiro nas eleições municipais da Capital da República (10).

(8) *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 1892, vol. I e II.

(9) O relato da carreira política de Vinhaes se baseia em Maram, *ob. cit.*; Edgard Carone — *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. São Paulo, 1970; J. F. Velho Sobrinho — *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro, 1937, vol. I. Vinhaes não se identificou explicitamente com nenhuma das correntes socialistas em voga na Europa. A sua tentativa de constituição de um Banco Operário revela afinidades com as concepções proudhonianas.

(10) Acusado de "petroleiro e nihilista", Vinhaes afirmou em um límpido discurso de fevereiro de 1891 que a República esquecia as reivindicações operárias e promovia homens de idéias retrógradas. "O povo está cansado de ser espezinhado. Tem o direito de exigir neste regime

No curso dos anos, enquanto o anarquismo ia se tornando a corrente mais forte no movimento operário, surgiram efêmeros partidos e organizações, dirigidos em regra por elementos da classe média, com o objetivo de defender um programa mínimo em favor dos trabalhadores. A frente destes "Partidos Operários", "Partidos Operários Socialistas", estiveram advogados criminalistas de prestígio no Rio de Janeiro, figuras como Evaristo de Moraes e Caio Monteiro de Barros, que combinaram a retórica das grandes questões no júri com a difícil defesa dos direitos operários (11). Um núcleo de certa importância foi o Centro das Classes Operárias que existiu entre 1902 e 1904, sob a liderança de Vicente Ferreira de Souza, integrado sobretudo por marítimos (12). Em junho de 1903, o Centro participou ativamente de uma greve do Lloyd Brasileiro, visando a obter a demissão de um de seus diretores. Vicente de Souza levantou fundos para os grevistas e defendeu suas reivindicações perante o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Um ano mais tarde o Centro envolveu-se nas lutas contra a vacina obrigatória e foi fechado pelas autoridades. Seu líder morreria poucos anos depois.

Uma referência à parte deve ser feita aos positivistas. Como grupo, constituíram um núcleo estranho às tentativas de

que se diz democrático que a lei seja igual para todos, que não haja aqui uma justiça para o pobre, e outra para o rico. E é exatamente porque não se lhe faz esta justiça que ele pergunta e com toda a razão se está ou não em um país democrático que deve expandir o verdadeiro direito de igualdade." *Anais do Congresso Nacional (Constituinte)*. Rio de Janeiro, 1891, vol. III.

(11) Um embrionário partido socialista fundado em 1912, colocava como pontos principais de seu programa: promover conferências socialistas e fundar escolas; garantir o trabalho e indenizações por despedidas sem causas razoáveis; regulamentar a legislação sobre os conflitos entre os patrões e operários; assistência oficial aos velhos e enfermos; regulamentação do salário mínimo e do número máximo de horas de trabalho; imposto progressivo e direto sobre a renda; proibição do trabalho de crianças; regime eleitoral novo; revogação da lei de expulsão de estrangeiros; abolição do regime de certificados ou cadernetas dos operários; 36 horas de descanso semanal; responsabilidade dos patrões nos acidentes de trabalho. Cf. Carone, *ob. cit.*, p. 206.

(12) Vicente Ferreira de Souza (1852-1908) era baiano e médico por seu Estado de origem. Eleito para o Senado foi vítima do mecanismo da "degola" e não pôde tomar posse. Ensinou filosofia e latim no Colégio Pedro II, colaborou com Gustavo de Lacerda na formação do "Partido Socialista Coletivista" e escreveu artigos sobre socialismo na imprensa da época. Cf. Maram *ob. cit.*; Cruz Costa — *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1967.

organizar a classe operária, a quem pretenderam apenas conceder direitos sociais. Em termos muito gerais, o princípio básico das concepções de Comte residia na conhecida lei dos três estados, segundo a qual a mente teria uma tendência inata a passar das interpretações teológicas da experiência para as de tipo abstrato ou metafísico até chegar ao ponto de alcançar a compreensão científica ou positiva. Esta doutrina era a um tempo uma teoria do conhecimento, uma filosofia da história e um programa de reconstrução social. Concebia a moderna história da humanidade como uma luta gradativa pela qual se foi progressivamente substituindo um regime teológico e militar, representado pelo papado e pelo feudalismo, por um novo regime científico e industrial. Entretanto, nesta passagem o movimento de decomposição fora mais rápido que o de reorganização da sociedade e o mundo moderno conservava o caráter egoísta e desordenado de suas origens. O equilíbrio social — quando existente — resultava do equilíbrio momentâneo de interesses privados muitas vezes antagônicos, abandonando-se a cultura dos elementos sócio-afetivos que a Idade Média assegurara pela vida rústica e os antigos pela vida cívica.

A reconstrução social devia ser alcançada essencialmente pela evolução intelectual. Como os marxistas mais tarde, mas com um sentido diferente, Comte valorizou a formação de uma categoria de intelectuais capazes de criar uma doutrina comum e um sistema de educação. O proletariado — classe social menos tocada pelos desvios da sociedade — teria o papel de sustentar a potência espiritual, realizando o reino da opinião pública ao unir uma grande idéia e uma grande força. A reconstrução social não implicava em alterar as relações de propriedade, mas no incentivo à concentração privada dos meios de produção, por razões de eficiência. O poder temporal seria exercido por um triunvirato de banqueiros influenciados pela moral positivista e o espiritual — que daria coesão à sociedade — pelos intelectuais formados na doutrina, com apoio do proletariado.

Entretanto, para que os operários pudessem cumprir seu papel era necessário incorporá-los à sociedade moderna onde até então tinham estado acampados. A incorporação exprimia: 1.º o direito a um salário suficiente para que a mulher do trabalhador pudesse exercer seu papel de preparo espiritual da família, definida como fonte de toda a cultura moral; 2.º o direito de receber instrução englobando todos os resultados essenciais da evolução científica, filosófica e estética da humanidade; 3.º a necessidade

de atribuir ao proletariado no seu conjunto um papel social e torná-lo digno de exercê-lo (13).

Parece inútil lembrar que o positivismo era uma ideologia conservadora, ou o comportamento reacionário de Comte — defensor de Napoleão III — em seus últimos anos de vida. Entretanto, excepcionalmente, surgiram algumas figuras positivistas que, a partir do “programa mínimo” comteano se empenharam na luta pelos direitos operários, inclusive o direito de greve, e no reforço das organizações sindicais (14).

Embora nunca se tenha imposto como ideologia hegemônica, o positivismo teve a sua voga na América Latina sob variadas formas, sobretudo no México e no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Em nosso país, como é sabido, desempenhou nesta época um papel importante de coesão dos grupos nascentes de profissionais voltados para o aprendizado e o ensino da ciência pura e aplicada. Estes grupos encontraram na teoria positivista seu lugar na sociedade e um lugar de não pequena importância. Eles poderiam ser a verdadeira “potência espiritual” de renovação da sociedade, tarefa que a “pedantocracia” dos bacharéis do Recife e de São Paulo, ideólogos das classes agrárias, não poderiam cumprir (15). O esboço de formação de uma

(13) Cf. especialmente Auguste Comte — *Le Proletariat dans la société moderne (Textes choisis, avec une introduction de R. Paula Lopes)*. Paris, 1949.

(14) Um expressivo exemplo é o do Professor Edward Beesly e seu grupo, com uma longa atuação no movimento operário inglês. A partir das concepções positivistas, Beesly defendeu a participação dos sindicatos na luta política e o estabelecimento de relações fraternais entre os trabalhadores ingleses e os da Europa Continental. Participou da fundação da I Internacional, mas recusou um convite para ser membro de seu Conselho Geral. Teve frequentes contatos com Marx que, em sua correspondência, descreveu-o como um “homem muito capaz e corajoso”. Cf. Royden Harrison, “Professor Beesly and the Working-Class Movement”, in Asa Briggs e John Saville (Ed.) *Essays in Labour History*, 2.ª ed., Londres, 1967.

(15) Obviamente, a facilidade de penetração do positivismo nos meios indicados não explica de todo a sua difusão no Brasil. Faço apenas esta referência porque estou interessado nos grupos tocados pela doutrina mais propensos a algum tipo de consideração dos problemas operários e não em um estudo do positivismo. Lembro de passagem que a doutrina penetrou também no Rio Grande do Sul, em um meio diverso do Rio de Janeiro. Um estudo específico da absorção/reelaboração do positivismo por uma parte da oligarquia gaúcha está ainda por ser feito.

intelligentsia constituiu efetivamente uma descontinuidade no preparo de quadros destinados a exercer a representação destas classes. As novas escolas de ensino técnico-científico, exceto de Medicina, nasceram vinculadas ao Exército, sob o impulso das necessidades de modernização do país e da própria corporação militar (16).

Por um breve período, logo após a Proclamação da República, os positivistas tentaram "incorporar o proletariado à sociedade moderna", nos limites brasileiros, defendendo o reconhecimento de vários direitos sociais, em oposição ao liberalismo do século XIX que idealizava as relações de suposta igualdade entre capital e trabalho, confrontados no mercado. Agradecendo a manifestação das Forças Armadas por ter sido empossado no Ministério da Agricultura do Governo Provisório, o gaúcho Demétrio Ribeiro — na época um positivista ortodoxo algo distante do "castilhismo" — referiu-se à incorporação do proletariado como "uma questão capital para a República". Em dezembro de 1889, um dos chefes do Apostolado Positivista, após consulta e troca de opiniões com cerca de quatrocentos operários das oficinas do Estado, encaminhou ao Governo Provisório, por intermédio de Benjamin Constant, um projeto de melhoria das condições de vida da classe operária. Precedido por uma série de considerações acerca da natureza do salário, das relações entre capital e trabalho, o projeto propunha entre outros pontos: a supressão do pagamento por tarefa e a divisão do salário em duas partes, sendo uma fixa e outra variável de acordo com a produtividade; sete horas de trabalho diário, descanso dominical e nos dias de festa nacional, além de quinze dias de férias anuais; salário-enfermidade correspondente pelo menos à parte fixa das remunerações; garantia de permanência no emprego após sete anos de serviço, permitida a demissão somente através de processo que demonstre infração prevista no regulamento e para a qual comine tal pena; aposentadoria, pelo menos com a parte fixa dos salários, por invalidez ou por atingir o trabalhador 63 anos, desde que no último caso não tivesse filhos ou netos maiores que fossem empregados nas oficinas públicas; pensão por morte do operário, concedida à viúva e, na falta desta, aos avós, filhas solteiras, filhos menores de 21 anos, correspondendo a dois terços do salário fixo;

(16) Ver Tocary Assis Bastos — *O Positivismo e a realidade brasileira*, Belo Horizonte, 1965.

admissão de aprendizes somente após os 14 anos, com vinte horas semanais de trabalho, prolongando-se o aprendizado até os 21 anos (17). O projeto, entretanto, não teve andamento. Ao criticar o novo Regulamento das Escolas do Exército, baixado por Benjamin Constant, Teixeira Mendes lamentou que este desse absoluta prioridade ao Regulamento e esquecesse uma proposta cuja realização — depois da plena constituição da liberdade espiritual — constituía o mais seguro concurso prestado pelo governo brasileiro para a regeneração humana (18).

Ao longo da Primeira República, o positivismo cedeu terreno na esfera ideológica, reduzindo-se como grupo ao pequeno círculo ortodoxo do Apostolado, destituído de maior importância. Teixeira Mendes voltou a defender o programa de integração do proletariado em 1912 e combateu as concepções anarquistas. Ainda assim, nem sempre sustentou uma atitude de frontal oposição a eles. Manteve uma breve correspondência com Kropotkin e, em 1908, em nome do Apostolado, aplaudiu a formação da Confederação Operária Brasileira, considerando a COB, apesar das divergências, um órgão pacifista, adversário da guerra (19).

Entre os elementos estranhos ao meio operário que tentaram organizar os trabalhadores ou considerar seus problemas a presença de militares, em maior ou menor grau, é uma constante. Como se sabe, atinge seu clímax com a ruptura de Prestes (1930) e o posterior surgimento de facções tenentistas integradas na Aliança Nacional Libertadora. A disposição de grupos militares em tomar a classe operária como um dado ou mesmo como um ator do jogo político — e liga à situação específica das Forças Armadas e de setores da classe média no sistema de dominação oligárquica. Por frágil que fosse o proletariado, por contaminado que estivesse pelas ideologias revolucionárias, era sempre pos-

(17) Ivan Lins — *História do positivismo no Brasil*, São Paulo, 1964, p. 366; Cruz Costa, *ob. cit.*, p. 234.

(18) Raymundo Teixeira Mendes — *A Política positiva e o regulamento das escolas do Exército*. Rio de Janeiro, 1890.

(19) Lins e Bastos *obs. cit.* e *A Voz do Trabalhador*, 15-7-1908. O aplauso do Apostolado à COB deve ser entendido no contexto específico de 1908, quando a entidade realizou campanha contra a lei de sorteio militar em discussão no Congresso e denunciou a ameaça de guerra com o agravamento dos atritos entre o Brasil e a Argentina. O pacifismo e a rejeição ao serviço militar obrigatório eram princípios sustentados pela ortodoxia positivista.

sível tentar algum tipo de "aliança para baixo", na busca de introduzir brechas no sistema⁽²⁰⁾.

Do ângulo da classe operária, a existência no Rio de Janeiro dos germes de uma corrente limitada à defesa de reivindicações mínimas, pela via da colaboração de classes e da proteção do Estado, explica-se em grande medida por duas circunstâncias: pela maior presença de nacionais na composição da classe, mais receptivos a um tipo de política que se coadunava com as velhas relações tradicionais e paternalistas; pelo papel de alguma importância correspondente ao núcleo estatal de serviços, em especial na área da navegação e ferrovias. O campo de possibilidades de uma ação de tipo "trabalhista" era nesta área relativamente maior do que no setor industrial. Isto se devia não apenas à existência de representantes contestadores das camadas intermediárias, em busca de uma base de apoio nos trabalhadores de ramos estratégicos, mas também à própria relação que aí se estabelecia entre trabalhadores-Estado. As reivindicações operárias incidiam no caso em um terreno onde predominava o "interesse público". Por limitada que fosse a margem de manobra, havia maior viabilidade em se obter do Estado aumentos salariais e vantagens correlatas, pois este podia até certo ponto operar em condições onerosas. No setor industrial — de mercado — a lógica da acumulação levava os patrões a adotar uma atitude de inflexível resistência às mínimas pretensões operárias⁽²¹⁾.

Resalve-se porém que me refiro a germes, a sintomas. O Estado oligárquico deixou apenas uma estreita faixa de possibili-

(20) Em um contexto diverso, observe-se que em outros países da América Latina, setores militares buscaram uma aliança com a classe operária com o objetivo de enfrentar os detentores do poder. Assim, no Chile, após o golpe militar de 1924, os oficiais procuraram implementar uma revolução de "revitalização social", tomando contato com o proletariado urbano e suas organizações. Entre outras medidas, decretaram aumentos de salário e criaram o Ministério do Trabalho. Cf. Enzo Falletto, Eduardo Ruiz e Hugo Zemelman — *Gênese histórica del proceso político chileno*. Santiago, 1971, p. 68.

(21) Weffort, em um contexto histórico diverso, analisou as diferenças do movimento sindical, a partir dos anos cinquenta, nos dois setores da economia, mostrando como o movimento foi muito mais forte no setor público ou naqueles submetidos à regulação econômica do Estado. As razões das diferenças acima apontadas baseiam-se em suas observações. No período em exame, se é discutível afirmar que o sindicalismo era já mais forte no núcleo estatal, pode-se pelo menos constatar a maior viabilidade de manobras. Ver Francisco C. Weffort — *Sindicatos e política*. São Paulo, 1973, Cap. III, p. 27 (mimeogr.).

dades de obtenção de algumas vantagens corporativas; ao mesmo tempo, tendeu sempre a adotar uma atitude de força quando a "colaboração" se rompia e as greves surgiam em uma área estratégica para o sistema agro-exportador.

Duas figuras se destacaram no meio operário entre os sindicalistas pragmáticos, embriões de uma burocracia sindical que não tinha condições de consolidar-se: Mariano Garcia e Antonio Augusto Pinto Machado. Mariano Garcia, trabalhador de uma indústria de cigarros em seus primeiros tempos de atividade, fundou em 1895 o jornal *O Operário*, lançando o programa e os estatutos de um "partido socialista". Na primeira década do século XX, tentou seguidamente organizar um partido e esteve à frente da *Gazeta Operária*, jornal que combinou a defesa dos direitos dos trabalhadores com o ataque ao anarquismo⁽²²⁾. Colocou-se ao lado da candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência da República em 1909, tendo sido um dos organizadores do Congresso Operário de 1912. Pinto Machado surgiu no Rio de Janeiro, como organizador dos trabalhadores têxteis entre fins de 1902 e começo de 1903. Logo depois, quando a influência anarquista cresceu neste ramo, deslocou sua atividade para a União dos operários em Engenho de Dentro, constituída principalmente de ferroviários. Tornou-se seu presidente em julho de 1903, ampliando os quadros associativos. Machado defendia a colaboração da classe operária com outros setores sociais, a eleição de candidatos reformistas e manifestava muitas ressalvas acerca da eficácia das greves. Seus esforços para formar sindicatos concentraram-se nas regiões mais atrasadas, no Estado do Rio, em Minas e no Nordeste. Por um breve período, teve um contato até certo ponto menos conflituoso com os anarquistas, comparecendo ao I Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1906, onde suas teses, apoiadas por Mariano Garcia,

(22) Nas edições de fins de 1906, a *Gazeta Operária* manifestava sua decepção para com a República que não cumprira as promessas de "redenção do proletariado", ressaltando umas poucas figuras, como Medeiros e Albuquerque, Sampaio Ferraz, Barbosa Lima. Solidarizava-se com uma greve de cocheiros em curso e abria fogo contra os anarquistas, apoiando a campanha de ataques contra estes, movida por Alcindo Guanabara. O I Congresso Operário de 1906, dominado pelos anarquistas, era também criticado. É curioso observar a repulsa às resoluções "violentas e impraticáveis" contra os militares, insistindo-se em que os congressistas só haviam apreendido o papel negativo das Forças Armadas, na sua interferência nas lutas entre capital e trabalho. Cf. *Gazeta Operária*, 23-12-1906.

Melchior Pereira Cardoso e outros, foram rejeitadas. Um mês depois destacou-se no movimento de solidariedade aos trabalhadores em greve da Companhia Paulista, tendo sido preso. Daí para frente, denunciou a ação da Confederação Operária Brasileira controlada pelos anarquistas, aproximou-se da candidatura de Hermes da Fonseca, surgindo como o principal organizador do Congresso Operário de 1912, em nome da Liga do Operariado do Distrito Federal (23).

Os memorialistas do movimento operário nunca pouparam ataques ao que denominam "Congresso-pelego de 1912" e certamente o qualificativo não é sem propósito. A reunião, realizada em novembro daquele ano no Palácio Monroe, teve caráter oficial, com o transporte gratuito de delegados em navios do Loyde Brasileiro, alojamento no Rio de Janeiro etc. Mas o rótulo adequado não pode servir de obstáculo para que se capte sua significação.

Os partidários da candidatura Rui Barbosa procuraram transformar a campanha pela sucessão presidencial de 1910 em uma luta, tão a gosto dos liberais, entre "a civilização e a barbárie". Rui não demonstrou entretanto qualquer interesse pelos setores dominados das cidadelas civilizadas. Hermes, ao contrário, ainda que vagamente, referiu-se em sua plataforma a uma preocupação pela sorte das "classes menos favorecidas". No curso de seu governo, fez alguns minguados acenos às classes populares, promoveu a construção de casas operárias, incentivou a formação da Liga do Operariado do Distrito Federal, atendeu ao pedido de trabalhadores para que se considerasse o 1.º de maio ponto facultativo nas empresas estatais (24). Embora tivesse subido

(23) Maram, *ob. cit.*; Edgard Rodrigues — *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, 1969.

(24) No início dos anos vinte, a imagem de Hermes se tornou popular, ao ser utilizada como escudo do movimento tenentista. Até mesmo nas impermeáveis hostes anarquistas há traços da infiltração desta imagem. Em um artigo publicado em *A Plebe*, assinado por um certo "professor C. C." (não é claro se as iniciais se referiam a uma figura real — Coelho Cintra — ou correspondiam a um pseudônimo de Astorjildo Pereira), estabelecia-se um paralelo entre o governo Hermes e o de Epitácio Pessoa para ressaltar as virtudes do primeiro. Dizia o "professor C. C." que não obstante fosse acusado de ignorante, o Marechal usara os enormes poderes de que dispunha não para perseguir o povo, mas as oligarquias do nordeste. Ao contrário de Epitácio, difamador de Floriano, Ministro de Campos Sales e responsável por violenta repressão, procurara sempre melhorar a sorte dos operários. O jornal anarquista imediatamente tratou

ao poder comprometido com o sistema oligárquico, graças ao apoio de três grandes Estados — Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco — seu triunfo recolocava no centro do governo, entre outras forças, um grupo militar disposto a levar avante um programa de maior reforço do Estado nacional, passando pela limitação do poder das oligarquias regionais. Deste grupo de "salvacionistas" partiram as tentativas de estabelecer uma base de apoio na classe operária do Rio de Janeiro.

A idéia da convocação de um Congresso Operário foi lançada em agosto de 1912 pelo Tenente Mário Hermes, filho do Presidente da República, que se elegera deputado pela Bahia, afirmando ser "um delegado das aspirações proletárias no Congresso Nacional". Por certo, Mário Hermes tinha uma concepção muito peculiar desta delegação pois em sua permanência na Câmara não demonstrou qualquer simpatia pelas greves deflagradas em São Paulo, Santos, Belo Horizonte, em 1912. O objetivo declarado da reunião seria o de sistematizar reivindicações que o deputado se propunha a levar ao Parlamento. Seus participantes foram além, criando a "Confederação Brasileira do Trabalho", definida confusamente como "partido político", para a qual Pinto Machado foi eleito secretário.

Burocratas sindicais os Mariano Garcia, os Pinto Machado, os Cruz e Silva? Sem dúvida. Mas é difícil aplicar o rótulo aos participantes da reunião que aparecem nas fotografias pontilhadas pela presença dos homens de cor, com um aspecto desajeitado e plebeu. Os organizadores do encontro atraíram principalmente associações pouco expressivas do Distrito Federal e dos Estados, afora outras existentes apenas no papel. A ausência dos sindicatos da Capital de São Paulo foi total; dentre as organizações presentes pelo Distrito Federal, tinham certa expressão as associações de ferroviários e o Centro Cosmopolita que não era porém um sindicato operário pois reunia empregados em hotéis e restaurantes, abrangendo 2 456 membros no ano de 1912 (25). Ao fazer um balanço do encontro, Pinto Machado

de retificar estes argumentos, depois de salientar que o artigo saíra por equívoco: Hermes reprimira os marinheiros, o verdadeiro movimento operário e incentivara o florescimento de "amarelos" como Pinto Machado, Mariano Garcia, Cruz e Silva. Cf. *A Plebe*, 16-6 e 18-8-1921.

(25) Uma lista completa das organizações participantes se encontra em "Congresso Operário de 1912", in *Estudos Sociais* n.º 17, junho de 1963. Sob controle dos anarquistas, o Centro Cosmopolita desempenhou um

apontou não só a ausência dos anarquistas como também “dos que vivendo à sapa dos políticos, falsos políticos que subiram a custa de curvaturas não tiveram ordem para vir tomar parte na grande assembléa operária” (26). A alusão parece dirigir-se a todo o importante setor dos marítimos que durante anos esteve sob controle de um núcleo de burocratas, conhecidos como “coronéis marítimos”. É difícil afirmar quais as razões de divergência entre o grupo de Machado e o dos “coronéis”. Uma hipótese provável é de que, além das rivalidades pessoais, a separação se devesse a efetivas diferenças de comportamento. Enquanto o primeiro procurava situar-se no interior do movimento operário, com uma posição moderada e colaboradora, o segundo se aproximava das formas de um verdadeiro gangsterismo sindical.

O confronto entre o conteúdo das reivindicações da reunião de 1912 e o das reuniões anarquistas assinala muitos pontos coincidentes: oito horas de trabalho, limitação do trabalho de mulheres e menores, descanso semanal, indenização por acidentes, pagamento por semana, melhoria de condições de higiene. Mas as concepções globais acerca dos objetivos da organização dos trabalhadores, assim como dos instrumentos para alcançar as reivindicações mínimas são radicalmente diversas. A introdução às teses aprovadas em 1912 resume as perspectivas dos “trabalhistas”. Começa-se por rejeitar qualquer teoria sobre os fins da ação da classe operária para encerrá-la em um estrito terreno corporativo. Há muitas teorias, divergentes e opostas entre si, sendo difícil decidir com toda a segurança qual dentre elas seja a verdadeira ou a mais conveniente. Além disto, a grande maioria do proletariado brasileiro as ignora ou não se interessa por elas. Daí dever o movimento operário limitar-se ao ponto de convergência de todas as vontades — a questão dos melhoramentos econômicos, de elevação social, intelectual e moral da classe — não se ocupando de doutrinas internacionalistas, antimilitaristas e antiestatistas, nem do problema de organização da propriedade que se colocará no futuro. A conquista dos direitos

papel relevante nas lutas dos trabalhadores nos anos de 1917-1920, transformando-se na década de vinte em um dos redutos sindicais do Partido Comunista. A fonte para o número de seus membros em 1913 é: Rio de Janeiro. Departamento de Assistência Pública — *Assistência pública e privada no Rio de Janeiro, história e estatística*. Rio de Janeiro, 1922.

(26) Confederação Brasileira do Trabalho (Partido político) — *Conclusões do 4.º Congresso Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1913.

sociais não pode ser alcançada apenas pela ação direta. Esta só proporciona resultados locais e como necessita de um exercício contínuo e intenso fortalece alguns homens talhados para a luta, mas enerva e desanima a grande maioria dos proletários. O caminho preferencial é o da política, dentro dos quadros do sistema. Em um país como o Brasil, regido por instituições democráticas, o abandono por parte do proletariado do exercício dos direitos políticos, conduz inevitavelmente ao predomínio dos elementos mais conservadores e plutocráticos que não duvidam em servir-se da formidável máquina governamental para esmagar impiedosamente qualquer agitação, mesmo legal e ordeira. Disto decorre a necessidade da classe organizar-se em uma grande associação nacional de caráter político e autônomo, seja para eleger seus candidatos seja para eleger pessoas de outros quaisquer partidos que se comprometam a trabalhar no todo ou em parte, em favor das medidas reclamadas pelo proletariado. O texto não faz referência expressa aos políticos dos quais se podia esperar o compromisso. Mas um gesto simbólico ajuda a entender em que direção iam as expectativas: uma comissão de membros do Congresso foi depositar flores nos túmulos dos involáveis brasileiros Deodoro, Benjamin Constant e Floriano.

As resoluções aprovadas constituíam um programa amplo de legislação trabalhista, em alguns aspectos idêntico, segundo Pinto Machado, às propostas do Partido Socialista Coletivista, fundado em 1902 por Vicente de Souza e Gustavo de Lacerda. Previa, além dos pontos já citados: o seguro-doença e contra o desemprego em caráter obrigatório, criando-se para este fim uma caixa com a contribuição em partes iguais de patrões, operários e do Estado; pensão por velhice ou invalidez, cujos recursos seriam constituídos pelo patrimônio de instituições já existentes com esta finalidade, outras fontes de receita a juízo do poder legislativo e uma pequena quota mensal dividida entre patrões, empregados e o Estado; instituição do contrato coletivo de trabalho para garantir a elevação e estabilidade dos salários, pois quando o contrato é individual há uma relação de desigualdade entre patrão e operário, especialmente se a oferta de mão-de-obra excede a procura; criação de um tribunal de “árbitros-avindores”, para dirimir os conflitos entre patrões e operários, com representação igual “e sem outros membros, além, quando for preciso, do desempatador”; decretação de um salário mínimo indispensável à subsistência. A realização deste programa só poderia ser atingida pela fixação dos direitos em lei, cabendo à classe

operária pressionar por seu êxito, através de uma agitação "legal e ordeira".

Um mundo separava estes "trabalhistas" dos militantes libertários. Estes, nos seus esforços em constituir um movimento operário independente estavam qualitativamente em um campo diverso e superior com relação aos primeiros, aproximando-se das tendências espontâneas do proletariado de origem imigrante. É quase desnecessário ressaltar, do ponto de vista da prática, as diferenças entre os núcleos anarquistas, bem ou mal ligados à classe operária e o punhado de burocratas em embrião, buscando a sombra protetora de Hermes. Convém porém observar que o programa de 1912 continha um grau de verdade, na sua contraposição aos pontos de vista do anarquismo, onde este se apresentava mais débil, isto é, no não reconhecimento da luta política e na incompreensão do significado do Estado. Não só percebiam os "trabalhistas" a impossibilidade de se concretizar um conjunto de reivindicações mínimas sem a sua fixação em lei, como delineavam um programa nacional, estranho às preocupações dos anarquistas que acabavam por ser mais economicistas do que os defensores expressos desta posição. Ao propor alguns pontos centrais de debate, Pinto Machado incluía a instrução primária obrigatória, a simplificação do processo eleitoral para expressar a verdade das urnas, a abolição de monopólios e privilégios, a decretação do imposto territorial sobre a grande propriedade, a criação do imposto de renda, a diminuição de impostos de importação de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria, o aumento da taxa dos objetos de luxo.

A análise do encontro de 1912 tem interesse como sintoma e não por sua significação prática. A Confederação Brasileira do Trabalho nasceu morta e, no frágil movimento operário da época, os grupos de "trabalhistas" tornaram-se gradativamente minoritários, exceto na importante área dos marítimos. A política dos moderados só poderia frutificar a partir de dois fatores: a existência na sociedade brasileira do período de uma classe média com suficiente autonomia para buscar uma aliança com os setores populares; a presença no nível do Estado de grupos interessados em cumprir o papel de mediadores da colaboração de classes, viabilizando aos olhos dos trabalhadores uma política deste tipo. O fato de que a última década do século XIX tenha sido o período de maior influência dos pequenos partidos trabalhistas e do sindicalismo moderado no Rio de Janeiro liga-se não

só à relevância do setor de serviços como à conjuntura de indefinição do Estado. Nos primeiros anos deste século, estarão já traçadas as linhas de um Estado oligárquico, sustentado pelas classes agrárias das maiores unidades estaduais e estranho a qualquer compromisso com as classes dominadas urbanas.

Entretanto, tanto o predomínio libertário como a decadência relativa do "trabalhismo" no Rio de Janeiro se deram através de um processo gradual e matizado. Ainda em 1904, o 1.º de maio era comemorado como "qualquer festa religiosa", segundo a desanimada descrição da imprensa anarquista: "a União Operária de Engenho de Dentro deu salvas de 21 tiros e foi à residência do Deputado Américo de Albuquerque para lhe dar diploma de sócio benemérito; a União dos Artistas Sapateiros realizou uma sessão solene e convidou para falar um intendente municipal; os operários da fábrica de calçados "Globo" fizeram manifestação de apreço aos patrões, por estes não haverem aderido ao "Centro Industrial dos Fabricantes de Calçado", oferecendo-lhes uma cesta de flores, retribuída com um almoço de confraternização; a Federação Artística Operária fez uma sessão solene e chamou Irineu Machado para presidi-la. É justo que se diga que só houve uma nota discordante. O Centro das Classes Operárias, capela do Dr. Vicente de Souza, negou-se a festas, quando os trabalhadores passam dificuldades" (27).

Até o período das grandes greves (1917-1920), o protesto popular policlassista teve no Rio de Janeiro maior ressonância do que as paralisações especificamente operárias (28). O exemplo mais expressivo é o episódio da revolta contra a vacina obrigatória, ocorrida em novembro de 1904, misto de rebeldia com ressonâncias arcaicas, contestação antioligárquica e reivindicação social. Duas correntes socialmente distintas convergem para a revolta, tocadas por objetivos até certo ponto diversos: oficiais do Exército e alunos das Escolas Militares, encabeçados por homens como Lauro Sodré e Barbosa Lima (29); trabalhadores e outros

(27) *O Amigo do Povo*, 14-5-1904.

(28) Em junho de 1901, há a luta contra o aumento das tarifas dos serviços de bonde, resultando em mortos e feridos; o monopólio da carne verde, associado aos preços elevados, é alvo de um verdadeiro levante em maio de 1902; em abril de 1909, surgem extensas e violentas manifestações contra o serviço de bondes da Light etc. Cf. Edgard Carone, *ob. cit.*, pp. 185-186.

(29) Os pronunciamentos de ambos revelam a clara intenção de associar o movimento à luta contra a oligarquia hegemônica. Barbosa

elementos populares, organizados em torno da associação dirigida por Vicente de Souza. Entretanto, são muitos os pontos de contato entre ambas as correntes que, durante alguns dias, tendem a confundir-se em um único movimento.

MP
Cópia de
dos origina-
dois

Ao contrário do que sucedeu na Capital da República, as primeiras manifestações do movimento operário em São Paulo surgiram já sob a inspiração de ideologias revolucionárias ou clasticistas — o anarquismo e, em muito menor grau, o socialismo reformista. As condições sócio-políticas tendiam a confirmar as ideologias negadoras da organização vigente na sociedade aos olhos da marginalizada classe operária nascente, estrangeira em sua grande maioria. Era inviável uma tentativa de aliança com outros setores sociais pela simples ausência de determinados grupos (os jovens das escolas militares e alguns oficiais das Forças Armadas em especial) e pelas características da classe média. O segmento estrangeiro desta, em processo de crescimento, estava voltado para o projeto de ascensão e carecia de condições ou razões que o levassem a aparecer como força social. A "velha classe média" girava em torno da burguesia do café, da qual era econômica e culturalmente dependente e com frequência tratava de colocar a marca da exclusão sobre todo o contingente de estrangeiros, embora o alvo principal fossem os elementos integrantes do setor terciário.

Convém ressaltar que estou me referindo às grandes linhas do processo sócio-político e não às tendências de menor significação. Algum tipo de jacobinismo florianista existiu episodicamente, girando em torno de estudantes de Direito. Ao mesmo tempo, houve tentativas de atrair o apoio de trabalhadores da São Paulo Railway quando os "deodoristas" paulistas buscaram apoiar a Revolta da Armada. Mas trata-se sempre de fatos de pouca expressão que não desmentem a linha geral de hegemonia do liberalismo oligárquico, representado pela burguesia do café. Por sua vez, o positivismo deitou poucas raízes em São Paulo, tendendo a confundir-se, como observou Morse, com o "darwi-

Lima discursa em meio à revolta, dizendo que "o povo já não devia suportar o pesado jugo do governo dos fazendeiros que, após haver explorado os pobres escravos, presentemente explorava a República". Lauro Sodré vincula também a decretação da combatida vacina ao "governo de fazendeiros" e dá vivas à memória de Benjamin Constant e de Floriano. Cf. Edgard Carone — *A República Velha. (Evolução Política)*. São Paulo, 1971, p. 205.

nismo social". Seu mais conspícuo representante — o heterodoxo Pereira Barreto — progressista no seu ataque à monocultura, ao clericalismo, à retórica vazia como padrão cultural produzido pela Faculdade de Direito — moveu-se em um universo dominado pela força social hegemônica, completamente diverso da atmosfera da Escola Militar ou dos debates populares do Rio de Janeiro.

O protesto social em São Paulo identificou-se com o protesto operário e as manifestações populares contra as condições gerais de existência se deram em pequeno número. Houve também maior entendimento entre as facções que pretendiam organizar a classe operária, dada a hegemonia das tendências situadas em posição de combate ao sistema vigente. As polêmicas entre anarquistas e socialistas chegaram às vezes a ganhar um tom inflamado⁽³⁰⁾, mas a colaboração em ações concretas, apesar das divergências, se estabeleceu em vários momentos. As duas correntes apareceram juntas, no longínquo 15 de abril de 1894, quando foram presos nove militantes reunidos para deliberar acerca do 1.º de maio, por denúncia atribuída ao cônsul italiano; nas manifestações de protesto contra o massacre de janeiro de 1905 na Rússia czarista; contra a guerra mundial, a 1.º de maio de 1915 etc.

Em contraste, os anarquistas nunca pouparam ataques aos "trabalhistas" cariocas de Pinto Machado e seu grupo, por estarem voltados para uma política de colaboração de classes. Dentre os inúmeros exemplos, em 1908, *A Voz do Trabalhador* ridicularizou a fundação de um quarto ou quinto partido socialista, por meia dúzia de indivíduos reunidos na sede dos carroceiros e estivadores, com fiéis eleitorais. Alguns meses depois, o jornal atacou Mariano Garcia, Pinto Machado e outros, por se aproximarem de Hermes da Fonseca, definindo-os como "ope-

(30) Veja-se a crítica do jornal socialista *Avanti*, feita pela imprensa libertária em 1907. Reconhecia-se a utilidade inicial do órgão para acabar com a influência dos "patrioteiros italianos". Porém, aos poucos ele se esquecera do socialismo, suprimira o relato sobre as condições de vida nas fazendas, sem nada ter criado no meio operário. Para a conspícua *A Terra Livre*, o jornal dos socialistas se tornava cada vez mais uma folha burguesa, com anúncios de qualquer espécie, "com notícias detalhadas dessas casas de caftinagem que são o "Politeama" e o "Moulin Rouge". Cf. *A Terra Livre*, 8-1-1907. Não obstante, anos depois, em 1914, o *Avanti* abrigava em suas colunas avisos de reuniões anarquistas e esporadicamente artigos de militantes da corrente.

rários que bajulam os potentados, em prejuízo da autonomia da classe" (31).

A maior receptividade da classe operária de São Paulo às ideologias revolucionárias constituía um dado assente para os contemporâneos. Procurando explicar o fato, o anarco-sindicalista Amaro Porto referia-se em lúcido artigo de agosto de 1912 à impossibilidade de se aplicar no Rio de Janeiro "a tática e a orientação tal qual nos veio da Europa". Definia a Capital da República como uma cidade de população heterogênea, com uma grande porcentagem de analfabetos, cuja classe operária estava dispersa em bairros de difícil e dispendiosa comunicação. Para ressaltar o relativo êxito da propaganda anarquista em São Paulo, destacava que a capital paulista era uma "cidade italiana", com um meio social mais homogêneo. Sua conclusão ressaltava a "maior intensidade do movimento operário", embora envolvesse menor número de pessoas (32).

O anarquismo se converteria entretanto na principal corrente organizatória do movimento operário, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Mas a influência do sindicalismo moderado ou dos "coronéis marítimos" manter-se-ia intata em algumas áreas e revelaria certo peso no curso das grandes greves de 1917-1920.

2. Anarquismo

O pensamento reacionário forjou a imagem botânica da "planta exótica" para rotular as correntes revolucionárias que deitaram raízes na sociedade brasileira. Planta exótica as "idéias francesas" dos liberais brasileiros, em voga a partir de fins do século XVIII, o anarquismo de cem anos depois, o socialismo

(31) Cf. *A Voz do Trabalhador*, 22-11-1908; 22-7-1909. Um raro e breve exemplo de discussões com respeito mútuo a diferentes posições se deu no Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro (1914) e nas colunas de *Na Barricada* (1915), onde colaboraram anarquistas, socialistas, figuras como Maurício de Lacerda e o defensor do cooperativismo Sarandi Raposo. No Centro de Estudos Sociais brilhava a retórica de José Otílica, do inspetor escolar e médico Fábio Luz. Em sua primeira fase, *Na Barricada* era dirigida pelo engenheiro Orlando Correia Lopes e o contador João Gonçalves da Silva. Cf. John W. Dulles — *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*. Austin (Texas), 1973.

(32) *A Guerra Social*, 14-8-1912. Ressalve-se apenas que "a maior intensidade" quando pensada em termos organizatórios era discutível, variando em momentos conjunturais diversos.

inspirado na III Internacional, a partir da década de vinte. (Mantendo a imagem, convém lembrar que as espécies ideológicas dos países dependentes, qualquer que seja a sua classificação germinaram sempre com o auxílio das sementes importadas. No caso do anarquismo, o papel da importação foi considerável: através dos imigrantes, chegaram ao país não só os intelectuais portadores da ideologia como massas de trabalhadores pelo menos em algum grau tocados por ela.)

2.1. As grandes linhas ideológicas

Sem pretensões à originalidade, recorro o conteúdo das principais correntes em que se dividiu o movimento libertário, entre meados do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, começando por identificar seus traços comuns (33). Como diz George Woodcock, a despeito de suas variações, o anarquismo pode ser tratado como um sistema de pensamento social visando a modificações fundamentais na estrutura da sociedade com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres. Este objetivo — que pressupõe a supressão do capitalismo — deve ser alcançado pela via da ação direta, limitada ao terreno econômico e ideológico, com a recusa da luta política. Cada indivíduo ou o povo, considerado como um agregado de indivíduos soberanos, faz sua escolha no sentido de integrar um sindicato, participar de uma greve ou de um movimento insurrecional. A "ação direta" vincula-se ao princípio de que as transformações sociais só são possíveis através de órgãos não coercitivos, expressando a decisão individual de seus membros. A negativa da instância política decorre da concepção anarquista acerca do caráter do Estado. Este é a corporificação da idéia de autoridade, correspondendo à necessidade subjetiva da classe dominante de contar com um instrumento de tal natureza. Por isso, toda a prática política, que tem como nível específico o Estado, é um "jogo corruptor, dentro dos limites da autoridade". (A ação das classes dominadas deveria reduzir-se ao nível econômico e ideológico: os conflitos de classe decorrem das relações econômicas

(33) O breve resumo se baseia em George Woodcock — *Anarchism*. Penquin Books, 1963; Julio Godio — *El Movimiento obrero y la cuestión nacional. Argentina: inmigrantes asalariados y lucha de clases 1880-1910*. Buenos Aires, 1972. Daniel Guérin — *L'Anarchisme*, Ed. Gallimard, 1965.

de produção/exploração e é no terreno destas relações que se pode encontrar o método revolucionário para pôr fim à desigualdade social. Ao mesmo tempo, a adesão dos trabalhadores às associações livres, derivadas da luta económica, pressupõe a evolução da consciência dos setores explorados da sociedade ao nível libertário. Por meio das associações livres, sem ingerência dos patrões ou a regulamentação do Estado, os produtores diretos acabariam por suprimir o poder estatal e todo o sistema opressivo através do ato revolucionário.)

Como se sabe, as correntes anarquistas não consideram o proletariado como "classe universal". A sociedade se divide nas categorias básicas de "exploradores e explorados" e estes abrangem os camponeses, a classe operária, o lumpenproletariado, enfim os "deserdados da fortuna". Bakunin, por exemplo, julga ser injusto o desprezo manifestado por Marx e Engels pelo lumpenproletário "porque nele e somente nele, e não na camada aburguesada da massa operária, residem o espírito e a força da futura revolução social" (34).

É a partir deste tronco comum que se distinguem o mutualismo proudhoniano, o anarco-coletivismo, o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo. O mutualismo proudhoniano investia contra o capital e o Estado capitalista, pretendendo substituí-lo por uma livre associação de produtores diretos, possuidores dos meios de produção. O mundo do futuro era concebido como uma grande federação de comunas e cooperativas de trabalhadores, ligadas por contratos de troca e crédito mútuo que assegurariam a cada indivíduo o produto de seu trabalho.

O anarco-coletivismo, que teve em Bakunin sua figura mais importante, distinguia-se do mutualismo por optar claramente pela coletivização dos meios de produção, por sua defesa da violência e a ênfase no papel que os sindicatos desempenhariam na obra emancipadora da sociedade. A autogestão contém em si os germes da libertação económica das massas trabalhadoras, mas é uma premissa insuficiente para impedir o surgimento de uma classe de exploradores. Ela só poderá se desenvolver realmente, quando "os capitais, os estabelecimentos industriais, as matérias-primas e instrumentos de trabalho se tornarem propriedade coletiva das associações operárias produtivas, tanto industriais como agrícolas, livremente organizadas e federadas entre si". Enquanto

(34) Citado por Guérin, p. 16.

a revolução social não se realiza, as cooperativas de produção podem ter um papel no sentido de habituar os operários a auto-dirigir-se, mas sua eficácia como instrumento de luta é limitada e Bakunin incita os trabalhadores a "se ocupar mais de greves do que de cooperação" (35). A ênfase no papel do sindicato representa uma ponte entre o anarco-coletivismo e o anarco-sindicalismo. Não é, entretanto, uma constante do pensamento de Bakunin e seus seguidores cujas concepções de uma revolução espontânea se baseiam com frequência nos camponeses e no lumpenproletariado. Foi durante a década de setenta, especialmente, que Bakunin acentuou a importância do trabalho dos anarquistas nos sindicatos como "organização natural das massas" e como "único instrumento de guerra verdadeiramente eficaz". O sindicalismo operário seria o articulador da autogestão e um instrumento do plano económico e da unidade da produção. As diversas associações produtivas deveriam ser coordenadas pelas federações sindicais, que impediriam a "gestão egoísta" capaz de gerar novas diferenças sociais. (Por fim, enquanto os proudhonianos optaram pela multiplicação pacífica das organizações cooperativas, os bakuninistas se inclinaram pelo caminho revolucionário, a que Bakunin aliás dedicou toda sua vida.)

As relações de produção/apropriação no interior da comuna libertária constituíram o ponto central de divergência do anarco-comunismo com as duas correntes anteriores. Kropotkin submeteu à crítica as noções de "mutualismo" e "coletivismo", afirmando que elas mantinham intatas as formas de exploração e abriam caminho a novas desigualdades. O sistema de distribuição, no pensamento de Proudhon e Bakunin, baseava-se na quantidade e qualidade do trabalho e pressupunha a permanência de alguma forma de salário, através dos Bancos Operários ou dos cheques de trabalho. Os anarco-comunistas sustentaram a necessidade de realizar de imediato a tese marxista: "de cada um segundo sua capacidade; a cada um segundo suas necessidades". O critério de distribuição de bens e serviços deveria ser a necessidade e não o trabalho, suprimindo-se assim o salário como fonte de desigualdades no interior da comuna. Kropotkin combinou este programa estratégico radical com uma tática até certo ponto moderada: a sua relutante aceitação da violência se baseava no fato de que esta ocorreria para bem ou para mal no curso das revoluções

(35) Citado por Guérin, p. 67.

— estágios inevitáveis do progresso humano. Porém, o evolucionismo de Kropotkin tendia a conceber as revoluções muito mais como um produto espontâneo de condições sociais do que da ação humana: “a evolução nunca avança tão vagorosamente e sem sobressaltos como se tem afirmado. Evolução e revolução se alternam e as revoluções — isto é os períodos de evolução acelerada — pertencem à unidade da natureza tanto quanto os períodos em que a evolução se realiza mais vagorosamente” (36).

No curso dos anos noventa, a partir das organizações sindicais francesas desenvolveu-se o anarco-sindicalismo, com sua ênfase no papel do sindicato não só como órgão de luta (cuja principal tática era a greve geral) mas como núcleo básico da sociedade do futuro. Bakunin e outros haviam dado importância instrumental ao sindicato e à greve. Porém, a originalidade do anarco-sindicalismo consistia na adaptação de elementos do passado às circunstâncias do mundo industrial de fins do século XX, considerando o sindicato e não a comuna a unidade social fundamental, e ressaltando a ação operária, oposta à conspiração ou à insurreição popular (37).

Por último, resta referir-se ao terrorismo anarquista que se transformou em uma espécie de clichê do movimento. Embora alguns terroristas fundassem suas iniciativas no individualismo anárquico, na concepção da revolução como fruto de uma série de atos de violência individual, não se pode falar propriamente de uma teoria de terrorismo anarquista. Com frequência, ele foi encarado (e utilizado) como tática paralela para reforçar, através da “propaganda pela ação”, a estratégia central das diversas correntes ou representou o ato apaixonado e cheio de encanto trágico de indivíduos ou grupos isolados.

(36) Citado por Woodcock.

(37) Woodcock, *ob. cit.* A confrontação entre Monatte e Malatesta, no Congresso anarquista de Amsterdã (1907), dividiu claramente as linhas do anarco-sindicalismo e do comunismo anárquico. Monatte insistiu no papel do sindicato revolucionário como meio e fim da ação revolucionária. Através dele, os operários realizariam a luta contra o capitalismo e precipitariam sua liquidação pela greve geral. Malatesta considerou o sindicalismo apenas um instrumento e acusou os anarco-sindicalistas de buscar uma ilusória solidariedade econômica em vez de uma efetiva solidariedade moral, colocando os interesses de uma única classe acima do verdadeiro ideal anarquista de revolução. V. a respeito Woodcock, pp. 249-250.

2.2. O ascenso na América Latina

Como se sabe, a hegemonia anarquista no interior do movimento operário até a Revolução Russa é um padrão comum a quase todos os países latino-americanos. (As razões tradicionalmente apontadas para este fato destacam o papel ideológico representado pelos imigrantes e a relativa similaridade do estágio de desenvolvimento do capitalismo industrial nos seus países de origem e na América Latina. De fato, as doutrinas anarquistas propagaram-se em regra nas áreas de menor concentração industrial (Itália, Espanha, França, Portugal), onde predominava a pequena indústria de propriedade individual ou familiar, na qual a organização do trabalho se baseava amplamente em trabalhadores qualificados, nos ex-artesãos convertidos em assalariados. Como lembra Leôncio Martins Rodrigues, as doutrinas que apregoam a gestão operária, a ação direta e a importância das minorias militantes têm nesta forma de produção um campo próprio. Na medida em que as funções patronais limitam-se à comercialização do produto e ao fornecimento do capital, as soluções de tipo anarquista ou anarco-sindicalista se apresentam como claramente exequíveis (38). Por outro lado, a crença libertária na virtude individual, na “nobreza dos homens livres” em contraponto com a “liberdade da nobreza”, pode corporificar-se em uma valorização da dignidade do trabalho, tão cara ao trabalhador especializado de tipo semiartesanal.

Sheldon Maram criticou esta conhecida versão, procurando demonstrar que não há relação entre o grau de desenvolvimento capitalista e a maior ou menor influência do anarquismo. Segundo seu argumento, o problema da organização dos trabalhadores até a Revolução de Outubro não deve ser visto sob o ângulo de ideologias mais ou menos adaptáveis a determinadas formas produtivas. Os operários especializados teriam se organizado primeiro simplesmente pela maior facilidade de se articularem, enquanto a sindicalização da massa dos não qualificados surgiu posteriormente, após décadas de esforço. Quando este esforço frutificou, o sindicalismo revolucionário entrara em declínio, sendo suplantado pelo socialismo marxista. A crise do anarquismo não estaria ligada às condições da indústria moderna, mas sobretudo à atração exercida por um modelo em funcionamento, na União

(38) Leôncio Martins Rodrigues — *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo, 1974, p. 59.

Soviética. Lembra Maram que afinal os libertários foram os primeiros responsáveis pela organização dos trabalhadores da grande empresa têxtil no Brasil, assim como constituíram um movimento de vital importância na Espanha, depois dos anos vinte, tendo sua maior força entre o proletariado industrial de Barcelona. Por outro lado, critica a constatação trivial da procedência dos imigrantes vindos para o Brasil, ao dizer que não apenas o anarquismo mas outras correntes existiam no movimento operário da Itália, da Espanha e de Portugal. Seria necessário explicar porque estas correntes nunca adquiriram no Brasil força proporcional aos países de origem ⁽³⁹⁾.

Não obstante os reparos de Maram, penso que as constatações tradicionais contêm uma boa dose de verdade. É óbvio que não se pretende estabelecer uma correlação entre forma de produção e influência ideológica sem a intervenção de outros fatores: a grande indústria não é uma área inteiramente fechada à penetração anarquista até a Primeira Guerra Mundial, nem é o reino milenar do socialismo reformista ou revolucionário. Só uma análise da formação social de cada país mostraria de modo abrangente como o anarquismo se estabeleceu, em países europeus de industrialização tardia, nos bolsões industriais de Barcelona e Milão e como mesmo após a Revolução Russa manteve e reforçou seu prestígio na Espanha até a Guerra Civil. Entendida porém dentro destes limites, a correlação conserva sua força explicativa. (Qualquer que tenha sido a dificuldade ou por vezes o desinteresse em se organizar os trabalhadores pouco qualificados, as correntes socialistas (abstraida aqui sua diversidade) com a sua ênfase no papel transitório do Estado, na ação do partido, no uso de aparelhos largamente centralizados para responder à centralização do capital, exerceram forte atração nos países de grande indústria (Grã Bretanha, Alemanha, Bélgica), antes da Primeira Guerra. E, afinal de contas, se a Revolução Russa teve um importante papel na difusão do socialismo revolucionário, caberia lembrar que a sua força social básica localizava-se na classe operária dos núcleos industriais capitalistas de Petrogrado e secundariamente de Moscou. Também é difícil reduzir o significado dos imigrantes na implantação do anarquismo na América Latina e a importância de sua proveniência de países onde o movimento libertário tinha pelo menos bastante pres-

(39) Maram, *ob. cit.*, pp. 98 e segs.

tígio. Entretanto, apesar das restrições ao argumento de Maram, ele tem o grande mérito de chamar a atenção para as razões específicas da ascensão e posterior declínio do anarquismo na área latino-americana. Se logrou relativo êxito nesta área, isto se deve não só ao fato de ter encontrado bom campo de germinação na pequena empresa de base artesanal, mas a outros elementos que é necessário examinar com algum detalhe.

A recusa à luta política e o implícito economismo tinham particular atração sobre a massa de imigrantes, chegados à nova terra em busca de ascensão social e não de um mundo político estranho. Frustradas as primeiras expectativas, defrontavam-se com o Estado — inimigo longínquo que seria um dia necessário suprimir. Sem muita sofisticação, o anarquista corporificava este sentimento e lhe dava um conteúdo de luta, pela via da organização dos sindicatos e da greve geral revolucionária. A classe dominante e o Estado tinham um comportamento tendente a reforçar tal apreensão da realidade. Restringindo-me ao caso brasileiro, não havia interesse (nem necessidade) de favorecer a incorporação das massas, inclusive as de origem nacional, ao processo político. Os imigrantes estavam sendo transplantados para o país não como cidadãos mas, tanto quanto possível, como "força produtiva pura". A política oligárquica podia assim ser facilmente identificada com a política em geral, um sujo e monótono jogo destinado a perpetuar o autoritarismo dos exploradores. Em um país como o Brasil, onde imperava uma ordem política fortemente excludente, é fácil perceber como a rejeição desta instância podia ser atraente também para elementos das classes populares nacionais. O reino da política não era o campo específico de confrontação dos diferentes interesses de classe, mas a área privilegiada de ação dos "ricos", todos eles mais ou menos iguais em suas intenções de explorar em proveito próprio e de seus afilhados a máquina estatal. Mais uma vez, o Estado oligárquico parecia confirmar em larga medida a teoria anarquista, ao negar o reconhecimento dos mínimos direitos operários, ao optar pela repressão nos momentos de confronto aberto de classes ⁽⁴⁰⁾.

(40) Aludindo aos países da Europa, Leôncio Martins Rodrigues (*ob. cit.*, p. 88) observa que as condições ideais para a expansão do anarquismo parecem se criar quando se conjugam, no plano político, Estados burocráticos e autoritários e, no plano econômico, a pequena oficina. Não obstante as óbvias diferenças entre os Estados burocráticos e autoritários europeus

Alguns outros elementos ideológicos parecem ter contribuído para a difusão do movimento anarquista na América Latina até o início dos anos vinte, em conexão com a situação social e psicológica do trabalhador imigrante. (O componente utópico — milenarista das doutrinas libertárias deve ter compensado em parte as frustrações das expectativas de ascensão social. Ao mesmo tempo, é tentadora a hipótese de uma correspondência entre o cosmopolitismo anarquista e os sentimentos que muitos imigrantes abrigavam.) Como observa Júlio Gódio, "a recusa destes à ordem existente encontrava no anarquismo uma resposta simples mas satisfatória: os "grandes culpados" eram os patrões e o Estado; onde eles existissem os males dos trabalhadores imigrantes estavam presentes. Por isso, sua condição de explorado era ideologizada pelo anarquista como necessário cosmopolitismo de todo trabalhador. O internacionalismo proletário se transformava assim em uma espécie de universalismo obreirista, cujo sentido último era a "irmandade universal dos explorados" (41). Em seu livro clássico sobre a imigração italiana, Robert Foerster referiu-se precisamente à tendência ao cosmopolitismo observável entre camponeses do norte da Itália, sintetizada nesta resposta de trabalhadores agrícolas da Lombardia a um decreto ministerial procurando restringir a emigração:

"O que o Sr. Ministro entende por nação? É a massa dos infelizes? Sim, então somos mesmo a nação . . . Plantamos e colhemos trigo, mas nunca experimentamos pão branco. Cultivamos a vinha, mas não bebemos vinho. Criamos animais para dar alimento, mas não comemos carne. Estamos vestidos de farrapos . . . E apesar de tudo isto, o Sr. Ministro nos aconselha a não abandonar nosso país. Mas a terra, em que não se pode viver apesar do trabalho duro, é a terra da gente?" (42).

Este quadro contribui para explicar a ascensão do anarquismo, em maior ou menor grau, nos países da América Latina. Porém, seu declínio tem como ponto básico a conjuntura histórica de 1917-1920. Ao menos no caso brasileiro, os anarquistas

e o Estado oligárquico latino-americano, é possível constatar em ambos os casos a mesma combinação de sistema político excludente e pequena empresa.

(41) Gódio, *ob. cit.*, p. 113.

(42) Foerster, *ob. cit.*, p. 420.

fizeram naqueles anos o seu grande teste político, malgrado o horror que a palavra lhes pudesse causar. A derrota dos trabalhadores, sob sua direção, levou-os à decadência e deprimiu o movimento operário por muitos anos. (Certamente, isto nada teve a ver com alterações na forma da produção pois esta não mudou significativamente nos anos vinte, ou mesmo nos anos trinta.) Quando de algum modo a presença operária ressurgiu na cena política, logo após a Revolução de 1930, o padrão da sociedade se alterara bastante, tudo concorrendo para que o anarquismo desaparecesse em definitivo como força social: radicalização de setores da classe média com conteúdo nacionalista-popular, exercendo atração nos meios operários, prestígio da União Soviética, alteração na composição da classe operária, mudança de comportamento do Estado.

2.3. O anarquismo brasileiro

Ao mesmo tempo em que se esboça como doutrina emancipadora das camadas dominadas da sociedade, o anarquismo brasileiro está associado a um sistema de pensamento cientifista, corporificado no evolucionismo e no livre pensamento, cujo raio de influência não é desprezível nos núcleos urbanos brasileiros dos primeiros anos do século. Na sua versão conservadora, este sistema de pensamento constituiu uma tentativa de implantar uma racionalidade burguesa consentânea com as transformações da infra-estrutura da sociedade que apontavam para a emergência do capitalismo. Assim como na Europa lutara-se contra o poder da Igreja — expressão do mundo feudal — o anticlericalismo assumia no Brasil a forma de um combate contra a velha ordem patrimonialista, em nome de uma nova ordem baseada no progresso e na verdade científica. Se o cientifismo laico não chegou a se transformar em ideologia hegemônica, contribuiu para dar origem a uma elite dirigente republicana anticlerical e pouco receptiva a encontrar na Igreja um aparelho ideológico de sustentação do regime (43).

(43) É significativo observar como o restabelecimento da união de fato entre a Igreja e o Estado se deu no contexto da crise do sistema oligárquico, nos anos vinte. De um lado, sob a inspiração do futuro Cardeal Leme, uma Igreja mais confiante propunha-se a "recatolizar o país de cima para baixo"; de outro, um Estado constantemente desafiado encontrava agora um aliado seguro na "manutenção da ordem" e na "promoção do progresso". Cf. Ralph Della Cava — "Igreja e Estado no

A campanha contra a Igreja ganhou forma em círculos que não se limitaram aos libertários, nas ligas anticlericais de São Paulo (44) e do Rio de Janeiro, ou em torno de jornais como *O Livre Pensador*, *A Lanterna*, *L'Asino Umano* — os dois primeiros com uma longa existência. Estes jornais e as próprias Ligas converteram-se em um elo de ligação entre o ramo mais democrático do anticlericalismo e as doutrinas de transformação radical da sociedade. *O Livre Pensador*, publicado intermitentemente entre 1902 e 1914, era dirigido pelo gráfico maçom Evarardo Dias que aderiu ao anarquismo após uma breve passagem pelo grupo dos partidários da candidatura Hermes da Fonseca em São Paulo (1909). Ostentando em seus primeiros números as epígrafes panfletárias "Fugi, vampiros sociais", "Abaixo o Vaticano", o jornal combinava o elogio de Lamarck, Darwin, Haeckel, Spencer, com artigos socialistas e anarquistas, o noticiário das lojas maçônicas, a defesa da emancipação da mulher, articulada pela socialista Ernestina Lesina (45).

A oposição aos dogmas católicos aparece como momento relevante na formação de duas das mais importantes figuras do movimento libertário. José Otíctica, filho de senador, com estudos incompletos de Direito e Medicina, diretor de uma escola municipal em Laguna (Santa Catarina) onde segundo se diz procurou aplicar intuitivamente concepções anarquistas, foi em 1912 um dos líderes da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, entrando posteriormente em contato (1913), com o movimento libertário; Astrojildo Pereira, filho de um pequeno comerciante do Estado do Rio, antes de iniciar sua carreira como anarquista entre os tecelões fluminenses do Grupo Operário Germinal, por

Brasil do Século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro", em *Estudos Cebrap*, n.º 12, 1975.

(44) A Liga Anticlerical de São Paulo surgiu em 1903, pretendendo agrupar pessoas de tendências diversas, adversárias da Igreja de Roma, com o objetivo de lutar pela liberdade de consciência; contra os privilégios concedidos ao clero e congregações religiosas; por uma educação laica; para "arrancar do confessionário as mulheres e os trabalhadores". Como primeiro assinante de seu manifesto de fundação figurava Pereira Barreto. Mais de dois anos antes, cerca de 500 ou 600 pessoas, após terem assistido à representação de *Eletra* de Perez Galdos, haviam percorrido as ruas de São Paulo, dando morras aos jesuítas e quebrando vidros do Mosteiro de São Bento. Cf. *A Lanterna*, 6-6-1903 e 20-4-1901.

(45) *O Livre Pensador*, 12-6-1904; Dulles, *ob. cit.*, p. 8.

volta de 1910, foi também um anticlerical, admirador de Benjamin Constant e Rui Barbosa (46).

Do ponto de vista das concepções teóricas, paradoxalmente, Spencer figura nas folhas anarquistas como fonte inspiradora, ao lado de Bakunin, Proudhon, Malatesta. Tanto quanto camadas da elite, das quais estavam socialmente distantes, alguns anarquistas adotaram as concepções gerais de Spencer, sobretudo a identificação da evolução social com a do organismo vivo, sujeita ao mesmo tipo de transformações (47). O que os atraía em Spencer, sob o ângulo programático, não era o progresso, ou obviamente o darwinismo social, porém outros aspectos do liberalismo spenceriano: a redução das grandes fortunas, o equilíbrio entre os produtores, a forte limitação do poder do Estado (48).

O entroncamento do anarquismo com o pensamento científico e laico levava-o por vezes a concentrar o fogo em uma instituição, ao acordo com elementos estranhos à área libertária. Estes "desvios" não deixaram de provocar críticas. Em 1912, um ano após uma cerrada campanha contra a Igreja, Gigi Damiani defendia uma estratégia puramente anárquica, abandonando-se a luta anticlericalista, realizada no interesse de terceiros, que se servem do gato para tirar a castanha do fogo. Afinal — dizia

(46) Dulles, *ob. cit.*, p. 30; Gilberto Freire — *Ordem e Progresso*. Rio de Janeiro, 1959, vol. III, p. 630. No depoimento prestado a Gilberto Freire, Astrojildo enumera uma série de acontecimentos que o levaram à negação da ordem vigente e às leituras de Kropotkin, Faure, Malatesta, Hamon: a derrota de Ruy Barbosa nas eleições de março de 1910; o fuzilamento de Ferrer na Espanha; a revolta dos marinheiros, liderada por João Cândido.

(47) Para a influência do evolucionismo como ideologia de progresso e darwinismo social entre "partidários urbanos da modernização" ver Richard Graham — *Grã Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo, 1973, pp. 241 e segs.

(48) Em uma polémica com os socialistas, o gráfico anarquista Mota Assunção lança mão de um texto de Spencer (O indivíduo contra o Estado): "A missão do liberalismo no passado foi traçar limites ao poder dos monarcas; a missão do liberalismo no futuro será traçar limites ao poder dos parlamentos." *O Amigo do Povo*, 16-8-1902. No mesmo jornal, há transcrição de artigos de autores franceses com o fim de ressaltar o valor da obra de Spencer. Convém observar que as relações entre o evolucionismo e o anarquismo não se limitam ao meio brasileiro. (Pelo contrário, a "ajuda mútua" de Kropotkin se fundamenta no modelo evolucionista, associado ao princípio de solidariedade da espécie.)

— “quem não crê em Deus, mas crê no Estado não mudou nada: não se inclina ao padre mas se inclina ao patrão” (49).

A luta “puramente anárquica”, reclamada por Gigi, era o anarco-sindicalismo, inspirado na CGT francesa e que se tornara a tendência predominante nos círculos libertários. O sindicato — a um tempo instrumento de conquista dos mínimos direitos da classe trabalhadora e pré-figuração da sociedade futura — seria o único órgão capaz de agrupar, de solidarizar os operários conscientes, com base em seus interesses econômicos comuns. Tais interesses constituem o eixo da luta política e da rejeição das “táticas políticas”. Estas dividem o proletariado e são o campo dos partidos, organismos autoritários onde se imiscuem burgueses, semiburgueses, literatos, idealistas (50).

Nas condições brasileiras de princípios do século, trata-se sobretudo de criar o sindicato. Em princípio, acredita-se na tendência espontânea da classe operária à organização sindical e no papel da propaganda (51). Ao mesmo tempo porém inclinações arraigadas entre os trabalhadores qualificados, que implicam indiretamente em técnicas de organização mais coercitivas encontram um eco favorável nos meios anarquistas. É o caso, por exemplo, das medidas tendentes a impedir a obtenção de emprego, por parte dos operários não sindicalizados. Apesar dos vínculos existentes entre a defesa da *closed shop* e a forma de consciência corporativa, a imprensa libertária relata com entusiasmo em 1909, a imposição da regra aos operários da construção civil de Santos (52). Em algumas reivindicações aliás, como entre os gráficos cariocas (1917), a *closed shop* aparece associada a toda uma visão do sindicato como órgão regulador da oferta da força de trabalho, responsável pela qualidade deste; como órgão normativo de conduta dos associados e mediador de conflitos no nível das empresas:

(49) *La Battaglia*, 28-7-1912.

(50) *A Terra Livre*, 7-2-1906.

(51) Vejam-se as resoluções do Primeiro Congresso e, em especial, do Segundo Congresso Operário Brasileiro, em “*Relatório da Confederação Operária Brasileira, contendo as resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro, nos dias 8 a 13 de setembro de 1913 e as resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, reunido em abril de 1906*”. Rio de Janeiro, 1914. A menção às resoluções dos dois encontros está sempre baseada nesta fonte.

(52) *A Voz do Trabalhador*, 1-6-1909 (Citado por Maram).

“1.º — Nas oficinas, não serão admitidos empregados que não sejam sócios da Associação; 2.º — A Associação responsabiliza-se pela conduta de seus sócios dentro das oficinas; 3.º — Quando, por qualquer circunstância, qualquer gráfico não satisfaça em suas condições artísticas e morais, o industrial deverá comunicar à Associação, por intermédio do delegado, e esta, averiguadas as causas, providenciará de forma que o industrial não seja lesado e evitará que o gráfico fique sem trabalho; 4.º — serão criadas categorias para fornecimentos de pessoal às oficinas, acompanhadas das respectivas tabelas de ordenados; 5.º — A Associação resolverá, amigavelmente, qualquer atrito entre a corporação e o respectivo industrial sem desdouro para qualquer das partes; 6.º — será isento de serviços estranhos à sua profissão, todo o aprendiz de qualquer ramo das artes gráficas; 7.º — Logo depois do reconhecimento, a Associação iniciará uma ativa propaganda para o levantamento moral e artístico da classe, por meio do seu órgão oficial, conferências e publicações educativas, criando, também, uma oficina própria para o ensino técnico e escolas de português e desenho” (53).

Há também indicações de que, mesmo entre os operários não qualificados, afloravam atitudes favoráveis à organização por via coercitiva. No curso de um movimento de criação de comissões de fábrica, em 1919, os operários da fábrica têxtil Italo-Brasileira reuniram-se para deliberar acerca dos trabalhadores não associados à União dos Operários em Fábricas de Tecidos. A decisão lhes deu quinze dias de prazo para aderir, sob pena de “serem tomadas medidas enérgicas contra estes companheiros” (54).

No plano dos princípios, o anarco-sindicalismo brasileiro definia o sindicato como órgão de luta, que recusa funções assistenciais (em contraposição às associações mutualistas), aberto aos operários de todas as tendências políticas. A verdadeira força do sindicato repousa na solidariedade e não nos recursos materiais. Quando reúnem grandes fundos, os sindicatos se tornam “tímoratos, inativos, conservadores”. O dinheiro corruptor pode

(53) Edgar Rodrigues — *Nacionalismo e cultura social* — Rio de Janeiro, 1972, p. 189.

(54) *A Plebe*, 30-9-1919.

constituir apenas uma caixa de resistência e deve ser gasto sem muita demora na propaganda, na agitação. Nas greves, é preferível contar com o apoio mútuo entre os operários do que com este tipo de recurso⁽⁵⁵⁾. A defesa de reivindicações imediatas tinha o mesmo objetivo de reforçar a solidariedade, despertar a consciência dos trabalhadores, em busca da emancipação final. Mas em si mesma esta luta não era considerada incapaz de trazer alguns resultados. Em um artigo de 1913, Neno Vasco fazia a crítica do anarquismo retórico, produto da derrota da Comuna de Paris, dos anos de repressão que deram origem às capelinhas destinadas a masturbações doutrinárias, onde se magnifica o poder do verbo, da educação, na linha de Tolstói e outros religiosos como ele. Defendia os elementos mais sérios, partidários da organização operária e se distanciava dos que desdenhavam "das impotentes greves parciais e das escaramuças de cada dia", pretendendo gastar todos os seus esforços no preparo da greve geral expropriadora e da revolução social. Insistia na importância da luta por medidas transitórias, através da ação direta, com o objetivo central de reforçar a solidariedade, mas também de obter vantagens limitadas. Investindo contra a "lei de bronze do salário", dizia que o salário não é um absoluto, reduzido ao estritamente mínimo, podendo se elevar até certo limite⁽⁵⁶⁾.

Os instrumentos de luta — a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a manifestação pública — fundam-se sempre na ação direta. O recurso à atividade normativa do Estado é visto como inútil, mesmo em áreas de alcance restrito. Uma resolução do Primeiro Congresso Operário (1906), considerando que as leis de acidentes de trabalho nunca são executadas, aconselha os sindicatos a arbitrar a indenização que o patrão deve pagar, forçando-o a isso pela ação direta. O pequeno desvio acolhido por este Congresso, ao admitir o uso de todos os meios inclusive os tribunais, para receber salários no caso de fechamento ou falência das empresas, é corrigido no Segundo Congresso (1913), suprimindo-se a alusão aos tribunais por ferir os mesmos princípios da ação direta.

Instrumento privilegiado, a greve geral surge como arma reivindicatória e premonição do ato emancipatório final: a "greve única, mundial, precursora do grande cataclismo de que brotará

(55) *A Terra Livre*, 7-3-1906.

(56) "O Valor da Ação Operária." *A Voz do Trabalhador*, 15-1-1913.

a sociedade nova, liberta de privilégios e opressão". A sabotagem assume as formas da queda do ritmo de trabalho, da produção deliberadamente defeituosa, da destruição de máquinas. Um exemplo desta última se encontra na greve desfechada pelos têxteis da fábrica carioca "Cruzeiro" (18 de novembro de 1908), resultante da demissão de dois operários que faziam propaganda do sindicato⁽⁵⁷⁾.

O "emprego da química" aparece associado às acusações contra a atividade dos anarquistas desde os seus primeiros tempos. Mas é relativamente raro, surgindo sobretudo em conexão com as duas tentativas insurrecionais, de novembro de 1918 e outubro de 1919. No curso dos anos 1919/1921, a polícia anunciou a descoberta ou a explosão de bombas em várias ocasiões. Provavelmente, a maior parte delas não foi colocada pelos anarquistas, servindo de excelente pretexto à repressão lançada naquele período⁽⁵⁸⁾.

Tanto a organização interna do sindicato como os laços entre ele e organismos mais amplos são concebidos a partir do princípio da soberania individual dos membros. Tal princípio impõe a necessidade de não se distinguir entre base e direção — germe do autoritarismo — e de evitar qualquer tipo de centralização. Por considerar que "o sindicato é a coesão de operários que se unem para a ação contra o capital e que, portanto, essa ação deve ser de todos, pois, do contrário seria insubstituível; e que as delegações de poder ou mando levam os operários à obediência passiva e prejudicial nas suas lutas", o Primeiro Congresso Operário aconselha a substituição das diretorias sindicais por simples comissões administrativas, com mera delegação de funções. A diferença sibilina entre "delegação de mando" e "delegação de função" é fundamental. Não se cogita aqui do princípio democrático de revocabilidade do mandato conferido pela vontade geral soberana. A associação dos trabalhadores não tem por base a soberania da classe mas a individual de seus membros que não pode ser delegada através de um mandato⁽⁵⁹⁾. Da mesma forma, quando o Segundo Congresso

(57) *A Voz do Trabalhador*, 20-7 e 5-8-1914.

(58) Já em 1906, a imprensa libertária — sem condenar o atentado — esclarecia que não se tratava de um princípio anarquista, sendo mesmo considerado ineficaz por muitos. *A Terra Livre*, 15-8-1906.

(59) Vejam-se as distinções entre anarquismo e as formas radicais de democracia em Woodcock, *ob. cit.*, p. 30.

Operário postula a abolição de estatutos calcados em fórmulas burocráticas e coercitivas, propõe sejam substituídos por "simples normas administrativas, despidas de qualquer determinação que fira a autonomia individual dos associados ou que conceda atribuições de mando a qualquer deles".

Se a delegação de poderes era condenada no interior do sindicato, as formas centralizadoras nas relações entre sindicatos, federação, confederação deveriam ser combatidas pelos mesmos motivos. Ao se decidir criar no Primeiro Congresso Operário a Confederação Operária Brasileira, ressalta-se que constitui seu objetivo estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores, tendendo a abolir as barreiras que separam as corporações de ofício. Devia-se porém conservar a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na Federação regional e da Federação na Confederação. Não se concebe a Confederação como uma central sindical, elaboradora de uma estratégia de lutas válidas para todo o país. Pelo contrário, qualquer centralização de poderes embarçaria "a ação operária constante, maleável e pronta, sujeita às diversas condições de tempo e lugar".

Antes de ser submetido à prova de fogo dos anos 1917-1920 — momento crucial de sua ascensão e crise — o anarcosindicalismo esteve sujeito a restrições e a ataques no interior dos círculos anarquistas. Em escala reduzida, surgiram divisões entre organizadores e antiorganizadores, críticas à eficácia da greve parcial ou geral, posições de aberta rejeição a seus princípios. Com ressonâncias de Stirner, perguntava uma voz anônima, em fins de 1906: por que não se age contra todos os vis que nos tiram o direito à vida, expondo-os no pelourinho e sovando-os sempre que for possível, em vez de perder o tempo fazendo reclamo a ligas que não existem? Não é verdade que há cinco anos ou mais se faz reclamo às ligas sem nenhum resultado? Não é verdade que se fizeram nascer mortas certas ligas, duas ou três vezes, com resultado sempre negativo? Como se explica esse fato, após cinco ou seis anos de propaganda associativa feita pelos anarquistas e socialistas? Onde estão os sócios da liga dos sapateiros que figura como ativa na "Luta Proletária"? Onde estão os sócios da liga dos carpinteiros? Quantos são os da liga dos pedreiros? Quantos são os sindicatos dos marmoristas?... O problema é fácil de formular: ou a organização não é daqui ou seus propagandistas são incapazes e em cinco ou seis anos só fizeram adormecer quem queria despertar e agir.

Neste caso, bom seria que cada um procurasse sobretudo, emancipar-se a si próprio, para depois emancipar os outros⁽⁶⁰⁾.

Como entender, dentre as dissonâncias, o insólito documento de setembro de 1916, em que um grupo de anarquistas justifica sua saída do Sindicato de Ofícios Vários do Rio de Janeiro? O texto começa por se apoiar em uma pronunciada corrente de opinião descrente do sindicalismo como instrumento capaz de levar o proletariado à transformação social ou mesmo como meio de proporcionar elementos para que se desenvolvam as idéias libertárias. Passa a seguir a uma análise do sindicalismo no Brasil, insistindo na sua artificialidade: as melhores mobilizações operárias sempre se realizaram antes da existência das associações e estas foram conseqüência e não causa das mobilizações. A incoerência entre as pomposas declarações sindicalistas e a mesquinhez de ação dos sindicatos resulta em confusão e mistificação do anarquismo que passa a ser compreendido de forma diferente do que realmente é. (Assim, seria nocivo prosseguir na propaganda sindicalista ou na direção dos sindicatos existentes.) Caberia aos operários fundar sindicatos quando sentissem necessidade de organizá-los; os anarquistas poderiam até pertencer a estas associações, em caráter individual, mas sua atividade estaria voltada essencialmente para a propaganda anárquica⁽⁶¹⁾.

Os autores do texto demonstram uma grande decepção com os magros resultados da atividade organizatória, com a distância entre o discurso dirigido à emancipação final e a dificuldade da luta quotidiana. Dos seus três redatores, dois pelo menos — José Elias da Silva e Manuel Campos — estavam profundamente ligados à militância operária e retomariam logo a seguir o caminho do anarco-sindicalismo. Mas o parêntesis de decepção contém

(60) *A Terra Livre*, 9-12-1906.

A rejeição às greves aparece, por exemplo, em um artigo assinado por Polinice, em *La Battaglia*, de 1-4-12. O caso da Argentina e de vários países europeus — diz o autor — mostra que a greve é uma arma inútil pois as conquistas obtidas através dela são rapidamente anuladas. No curso do ano agitado de 1919, a crítica se voltaria para a experiência brasileira. Pelas mesmas razões de Polinice, Pedro Bastos insistia na inutilidade da greve, pregando o preparo da revolução. Os trabalhadores deviam se organizar, "com uma carabina na mão e uma idéia no cérebro". *A Plebe*, 9-8-1919.

(61) *O Anarquismo perante a organização sindical*. Rio de Janeiro, 1916. Redigido por Antonio Moutinho, José Elias da Silva e Manuel Campos, o documento continha a assinatura de mais dezesseis militantes.

mais do que um simples parêntesis: operários de vanguarda, eles se referem no documento à grande massa com os mesmos estereótipos de uma visão paternalista patronal: "as concepções da mentalidade infantil do operariado, ou melhor, da massa anônima, são sempre muito exiguas. O seu cérebro embrutecido, só lhe deixa conceber o que seja imediatamente palpável, concreto. Não lhe é dado abstrair, ponderar, deduzir".

Por certo, o texto revela a influência do quadro mental da classe dominante da época e uma profunda decepção gerada pela distância entre o projeto de emancipação final e a dura realidade quotidiana de uma massa "atrasada", com poucas condições para organizar-se de maneira estável, mesmo em defesa de reivindicações econômicas. Mas um elemento latente aí aflora, um dado que com frequência integra o universo da vanguarda dos movimentos sociais cujo objetivo expresso consiste em operar uma transformação da existência em bases racionais: a tendência a estabelecer uma rígida fronteira entre "conscientes" e "inconscientes".

No caso do anarquismo, na medida em que se acentua o significado da opção individual, com menor ênfase nas determinações sociais, tende-se a estabelecer um corte entre os elementos conscientes e a massa informe, corte que aparece em mais de um escrito e no comportamento de muitos libertários.

A) A subcultura

A utopia anarquista tem paradoxalmente uma grande contemporaneidade. Sua crítica ao sistema educativo e à Igreja, à família burguesa através da temática da igualdade dos sexos, volta-se contra os núcleos básicos de reprodução do sistema e do comportamento autoritários da época⁽⁶²⁾. Para além da defesa de pontos tópicos, há a tentativa de criação de uma subcultura, buscando modelar um homem novo em contraposição ao

(62) O direito à limitação da natalidade encontra acolhida na propaganda de folhetos vindos da Europa, do gênero da "Huelga de Ventres", surgida em maio de 1906. Por vezes reponta um ingênuo propósito de legitimar o controle pelas necessidades da luta social: a completa derrota dos têxteis na greve geral carioca de 1903, apesar do relativo êxito de outros setores, dá razão aos néomaltusianos pois os têxteis por serem numerosos são miseráveis e a miséria é anti-revolucionária. Cf. *O Amigo do Povo*, 13-9-1903. No mesmo jornal, Elísio de Carvalho defende a distribuição de preventivos entre os pobres como forma de enfrentar a miséria. A inspiração é francesa, vinculando-se aos artigos de Faure, ao movimento que publica a revista "Régénération" (23-7-1904).

que é fruto da sociedade de classes, abrangendo aspectos tão amplos como a educação ou um código moral, com suas normas e sanções implícitas.)

(Se a recusa da instância política formal debilita os libertários na sua tentativa de organizar as camadas populares, a ênfase na crítica da cultura e das instituições aponta em princípio para uma problemática da maior atualidade — a da constituição dos micropoderes integrantes da relação de dominação, na linha desvendada por Foucault.) A crescente burocratização dos partidos, o reforço do capitalismo de Estado reintroduziram no mundo de hoje o tema da transformação da sociedade no plano cultural-afetivo, associada à gestão do processo produtivo pelos produtores. Embora de forma muitas vezes inadequada, o anarquismo busca dar resposta a um difícil problema: como criar, com gente dominada, uma sociedade livre?)

Contudo, o anarquismo brasileiro oscilaria entre a crítica das instituições com o enfoque apontado e a que correspondia aos interesses da burguesia ascendente, na esteira da luta da classe burguesa européia contra aparelhos ideológicos identificados com a ordem feudal. Isto transparece claramente no ataque à educação vigente e à Igreja. No primeiro caso, os esforços estavam permeados, de um lado, pelos objetivos de oferecer um modelo educativo que representasse uma contrapartida à formação ministrada pelo sistema dominante, sob forma laica ou religiosa; de outro, pelos objetivos de desenvolver uma instrução racional, científica e laica, ainda que não houvesse entre as duas linhas uma rígida separação de fronteiras. Um exemplo da última tendência foi a natimorta Universidade Popular de Ensino Livre, criada no Rio de Janeiro em março de 1904. Entre seus professores mencionavam-se Sílvia Romero (Psicologia), José Veríssimo (História da Literatura), Felisberto Freire (História do Brasil), Fábio Luz (Higiene), Vicente de Souza (Antropologia), Elísio de Carvalho (Sociologia), Eliseu Visconti (Arte Decorativa)⁽⁶³⁾.

Após o fuzilamento de Ferrer — fundador das Escolas Modernas de Barcelona — começou um movimento aparentemente semelhante ao anterior, envolvendo socialistas, alguns professores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, além dos anarquistas. As duas escolas criadas em São Paulo a partir deste momento, que conseguiram manter-se por vários anos até serem

(63) *O Amigo do Povo*, 2-4-1904.

fechadas pelas autoridades em 1918, pretenderam converter-se, entretanto, em núcleos de ensino profissional e educação libertária. Eram seus fins expressos: 1.º Libertar a criança do progressivo envenenamento moral que por meio do ensino baseado no misticismo e na bajulação política lhe comunica hoje a escola religiosa ou do governo; 2.º provocar junto com o desenvolvimento da inteligência a formação do caráter, apoiando toda concepção moral sobre a lei de solidariedade; 3.º fazer do mestre um vulgarizador de verdades adquiridas e livrá-la das peias das congregações ou do Estado, para que sem medo e sem restrições lhe seja possível ensinar honestamente, não falseando a história e não escondendo as verdades científicas (64).

Como afirmava uma resolução do Segundo Congresso Operário, chegara o tempo de enfrentar o ensino burguês baseado não só no misticismo, como "nas doutrinas positivistas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses". Dirigidas por Adelino de Pinho e João Penteado, as Escolas Modernas do Brás e do Belenzinho propunham-se a ministrar um ensino racional "que não engendre fanáticos de seita alguma, nem militares fanfarrões, nem jacobinos ridículos" (65). Escolas mistas, sem exames, sem promoções, sem castigos ostensivos, combinando um currículo convencional com a difusão dos princípios anarquistas refletida nas festas e comemorações. No melhor estilo da época, em uma reunião beneficente de 1914, após o hino dos trabalhadores, executado pela banda de música e uma conferência sobre "A Escola Moderna e o problema social", os alunos recitam versos de Guerra Junqueiro, cantam um hino aos operários, original de Neno Vasco (66).

A luta anticlerical constitui um expressivo exemplo de uma crítica quase sempre afastada de uma percepção mais aguda do nexo entre a Igreja e a educação repressiva que, aparentemente, a doutrina libertária permitiria estabelecer. As dissensões entre a

(64) *A Lanterna*, 27-11-1909.

(65) *A Lanterna*, 31-1-1914. Neste ano, o total de alunos era de 150.

(66) *A Lanterna*, 10-1-1914. Embora tenha me limitado à escola como instrumento educativo, convém lembrar que esta era também uma das funções do sindicato. Para ficar em um só exemplo, uma série de conferências realizadas no Sindicato de Ofícios Vários do Rio de Janeiro abrangia temas como O Método Taylor (Astrojildo Pereira); O Trabalho na Antiguidade (José Martins); A Ciência alemã (José Otílica); A Utopia democrática (Orlando Correia Lopes); A Arte e a Revolução (Max de Vasconcelos). Cf. *A Voz do Trabalhador*, 7-4-1915.

Igreja e o Estado, nos primeiros anos da República, correm aliás o risco de serem exageradas quando a observação se volta apenas para os círculos dirigentes. No plano educativo, a presença da Igreja continua sendo dominante nas faixas estratégicas do ensino primário e secundário, a tal ponto que somente no início do século XX surge a primeira escola leiga gratuita de São Paulo.

A *Lanterna* é o veículo mais consistente do anticlericalismo anarquista, embora seja razoável supor que ele tenha sido temperado pelo propósito de aglutinar outros círculos além dos libertários. O jornal apareceu em março de 1901, sob a direção do advogado maçom Benjamin Motta. Este figurou nas primeiras convocações da reunião socialista de 1902, inclinando-se depois pelo anarquismo. No primeiro número do jornal, fazia-se referência aos anticlericais como um grupo reduzido. Entretanto, seu público não parece desprezível, por excessiva que possa ter sido a tiragem do órgão: 10 000 exemplares, que logo chegaram a 26 000, para depois declinar e se estabilizar em 6 000 números. Interrompida a publicação em 1904, reapareceria em 1909, tendo como diretor Edgard Leuenroth.

Em linhas gerais, *A Lanterna* pode ser definida como um irreverente órgão franco-maçom, com uma linguagem insólita que rompe com o estilo alambicado do jornalismo brasileiro. Fico neste aspecto com um exemplo, o editorial-bomba profano, lançado por ocasião da morte do papa Leão XIII:

"Morreu o Papa Leão XIII. A mentira convencional e a hipocrisia interesseira traçam neste momento encomiásticas necrologias do velho inútil que expirou no Vaticano, em dias da semana que hoje se finda. Durante 25 anos Joaquim Pecci (note-se aqui o efeito de dessacralização) ocupou o sôlio pontifício e nesse longo reinado nada mais fez do que mentir àqueles que esperavam ouvir de sua boca a suprema verdade! Ele... se não fosse um padre romano no rigor da palavra, repeliria a tiara, símbolo de mentira; não cingiria essa coroa de rei da terra, enlameada nos festins incestuosos dos Bórgias e de João XXII... Vigário de Cristo! Leão XIII, vigário de Cristo? Admitindo-se os Evangelhos como traduzindo os ensinamentos de Cristo, Leão XIII foi apenas um vilíssimo traidor à doutrina do Mestre. Cristo revoltou-se contra os tiranos e combatê-ou; Leão XIII foi um servil laçao dos grandes e um inimigo encarniçado de suas vítimas.

Fez ele acaso ouvir um grito de compaixão em favor dos armênios massacrados barbaramente pelos turcos? Condenou ele a selvageria inglesa no Transval e as infâmias européias na China? Verberou ele as infâmias do Estado-Maior da França, fazendo falsos sobre falsos para ver se não lhe escapava a vítima inocente que agonizava na ilha do Diabo? Apiedou-se ele dos pobres pretos africanos que os *marchandês* dos exércitos europeus friamente assassinaram, queimando suas aldeias, em nome da civilização? Ouviu-se-lhe uma censura sequer contra o espingardeamento que, um pouco em toda parte, tem feito os governos, dos trabalhadores que procuravam reivindicar seus direitos? Não! Antes, numa encíclica famosa, a de 1.º de janeiro de 1900, disse o papa que vem de morrer, que os reis precisam se unir para opor um dique ao apetite insaciável dos povos!" (67).

A temática básica da *Lanterna* insiste em dois pontos: a luta contra a Igreja como produto do "obscurantismo medieval"; a denúncia da violação das normas sexuais de continência por parte de padres e, em menor grau, de freiras. Em nome da família e das "luzes", o editorial do primeiro número da *Lanterna* acusa "o exército negro do Vaticano que vem aqui semear a discórdia nos lares e na sociedade, estabelecer a guerra entre a esposa e o esposo, esperançados de levantarem sobre as ruínas da nossa sociedade civil, a bandeira negra de uma teocracia nefasta, salpicada de sangue e reluzente de ouro... As hostes clericais movem a guerra contra a sociedade moderna, a fim de fazer voltar os povos à era que precedeu à Renascença" (68).

Uma crítica do papel da Igreja como instrumento fortemente articulado de repressão da sexualidade teria dado aos libertários um enorme avanço com relação a todo o discurso de seu tempo. Este nexa não chega porém a se aprofundar e a tônica se concentra na violação pela Igreja de seu próprio código de conduta.

(67) *A Lanterna*, 11-7-1903. A filiação do jornal ao ideário da Revolução Francesa é tão direta que alguns números são datados de duas formas: segundo o calendário revolucionário e segundo o gregoriano.

(68) *A Lanterna*, 7-3-1901. Note-se a arbitrária combinação operada pelo texto entre "a investida da Igreja" e a destruição da família, na linha dos argumentos conservadores — e em primeiro lugar da própria Igreja — articulados contra o amor livre, o divórcio etc. Ao mesmo tempo, insiste-se em colocar a luta anticlerical sob o signo da modernidade.

É o caso da seguid^a denúncia de violências sexuais praticadas por padres. A princípio as acusações se fazem em colunas discretas da *Lanterna* para gradativamente ganhar destaque em caricaturas e nos primeiros *leads* sensacionalistas da imprensa paulistana.

Reverso da medalha das primeiras e ascéticas folhas anarquistas, o jornal arremete contra uma insólita parrelha — o carnaval e o clero — em uma caricatura anticarnavalesca, onde um padre de cara devassa carrega uma freira com roupas e meias de "can-can". Embora o programa das Ligas anticlericais dê ao combate ao confessionário o objetivo de tornar mais conscientes as mulheres e os trabalhadores, *A Lanterna* prefere uma corrente imagem popular. A caricatura ingênua com o título "Contra a Pornografia" aproxima um padre inevitavelmente gordo e uma donzela de tranças, encimando a legenda: "no confessionário deves contar-me tudo o que se der na noite de núpcias".

Os *leads* acentuam os atentados sexuais, seguidos por vezes de um exemplar castigo:

"Padre castrado por fazendeiro por ter desonrado sua filha e manter relações com ela na própria Igreja."

"Em São Sebastião das Correntes, Minas, um padre deflora uma moça na igreja, que é depois abandonada pelo seu noivo — Uma órfã confiada à sua guarda é deflorada e tem diversos abortos por ele provocados — Grande indignação do povo — Fuga do sátiro."

Ou ainda este texto onde se combinam o clichê moralista e o reforço de horror dado pela metáfora licantropica:

"Tragédia clerical no Rio — Marido ultrajado e padre degolado — Um lobo de batina, ao devorar a presa, é atacado no covil — De como a religião e os seus sacerdotes atentam contra a virtude das famílias, a título de as proteger" (69).

Quando a partir dos últimos meses de 1910 se realiza em São Paulo uma mobilização de certo vulto, a propósito da desapareição de uma menina de um orfanato religioso do Ipiranga, ocorrida quatro anos antes, *A Lanterna* revela o mesmo tipo de preferência. A denúncia dos orfanatos como grandes cárceres dis-

(69) *A Lanterna*, 22-1 e 5-2-1910; 25-11-1911; 16-1-1915.

ciplinares é apenas aflorada; as manchetes e textos se concentram no detalhe escabroso — o estupro, a ocultação do cadáver — ainda que obviamente a apuração da verdade tivesse no caso grande relevância (70).

Não se trata de negar a possível veracidade de grande parte destas acusações, nem a sua esporádica vinculação, na imprensa anarquista, com o voto de castidade. Assim, o voto de castidade é analisado como “instrumento de reforço da hierarquia eclesiástica que, por representar uma violação das leis biológicas, acaba incentivando os atentados ao pudor nos colégios e a formação de idiotas ou de sátiros” (71). A denúncia das violações à pureza, os ataques contra as riquezas acumuladas pela Igreja desviam-se entretanto da crítica radical, aproximando o anticlericalismo libertário do tom geral do anticlericalismo ilustrado.

Caberia porém indagar porque neste terreno a crítica assume formas tão pouco convencionais, ao contrário do que ocorre no campo do discurso estritamente doutrinário. A resposta deve ser buscada no terreno emocional e inconsciente, tendo como núcleo a figura do padre — o pai a quem se interdito a prática das relações sexuais. A *Lanterna*, não obstante seu conteúdo manifesto, é uma folha religiosa, integrada em um universo maniqueísta onde os signos do demônio se exprimem nas imagens dos frades bêbados e concupiscentes. A insistência na temática das relações sexuais proibidas ou perversas não é outra coisa senão a projeção dos impulsos de um grupo marcadamente puritano. O padre impuro recebe o anátema libertário através de uma simbologia sexual permeada de alusões sádico-devoradoras. “Com quem se parece o padre? Parece-se com a aranha, que com a teia caça moscas e lhes chupa o sangue. Mas não lhe basta a teia: ele tem uma infinidade de armadilhas e é um terrível esturador que não olha os sexos” (72).

O mecanismo de projeção de impulsos inconscientes se torna mais claro quando se tem em conta que o código moral libertário promove um comportamento ascético, no plano da vida afetiva, das formas de evasão do cotidiano. (Sob o primeiro

(70) Ver especialmente *A Lanterna*, 29-10-1910; 12-11-1910; 3-12-1910; 7-1-1911. Participaram também da campanha *La Battaglia, Avanti, Fanfulla* que não pouparam ataques ao simulacro de inquérito policial.

(71) *A Lanterna*, 12-11-1910.

(72) *A Lanterna*, 18-6-1910.

aspecto não se trata apenas de condenar genericamente a riqueza mas de regular toda a conduta, como se evidência por exemplo nas normas alimentares, com o incentivo à alimentação vegetariana, a sanção contra os excitantes, particularmente o álcool, condenado nos congressos operários, em folhetos e cartazes expostos nas sedes sindicais. Quando em 1910 Oreste Ristori vai ao interior de São Paulo realizar conferências em benefício das Escolas Modernas, inclui-se entre os temas, anunciados com um tom entre funambulesco e aterrorizante, “o flagelo do alcoolismo, com umas quarenta projeções impressionantes relativas aos efeitos desastrosos produzidos pela lenta intoxicação alcoólica no organismo do indivíduo, nas condições da família e nas relações sociais; perda do sentimento, da dignidade pessoal, de amor à família, aos filhos, ao estudo; tendência para o crime, enfraquecimento físico, ulceração dos órgãos internos, atrofia da memória, espantosas alucinações, *delirium tremens*, loucura, morte” (73).

As formas de evasão do cotidiano tidas como legítimas, negam um campo específico de vida lúdica, associando-se à noção do divertimento instrumental e moralmente sadio. Um jogo de futebol realizado por iniciativa de operários da Votorantim, em uma festa na empresa, é objeto de críticas não apenas porque redundante em colaboração de classes: “vamos ter também o elegante jogo do *foot-ball*, depois do qual os jogadores fatigados, abotrecidos, vão brigar com a família; é um jogo bom para os parasitas e os ociosos que precisam de exercitar os músculos em um trabalho inútil, desprezando ao mesmo tempo o trabalho útil e os que o fazem. Quanto a nós, temos exercício de sobra. Exercício até rebentar” (74).

Condenação esporádica de nascente futebol, reiterada preocupação com a dança que logo se converte em combate. Na entrada do século, a típica festa libertária em São Paulo associava uma parte destinada a reforçar a consciência social com o simples divertimento. Assim, no nostálgico teatrinho Andrea Maggi na Rua dos Imigrantes, o Círculo Educativo Libertário Germinal comemorava o seu primeiro aniversário com este longo programa:

(73) *A Terra Livre*, 1-1-1910. As normas alimentares integram o universo ascético do anarquismo o que não significa que sejam exclusivas dele. O combate ao alcoolismo — cujos efeitos devastadores entre as classes populares não podem ser esquecidos — era preocupação também dos socialistas e de elementos não identificados com a reforma social.

(74) *A Terra Livre*, 9-12-1907.

1.º Conferência da camarada Elisabetta Valentini sobre "La Donna nell'avviamento alla emancipazione del proletariato"; 2.º Peça dramática *La Miseria*, de A. Bandoni; 3.º Lotaria gastronômica, artística e humorística; 4.º Conferência de A. Bandoni; Le Piague Sociale; 5.º Baile familiar (76). Na primeira reunião operária estadual (dezembro de 1906), a União dos Trabalhadores Gráficos levantou a questão da vantagem ou não das associações de resistência organizarem festas dançantes; a segunda conferência, de abril de 1908, aconselhou os sindicatos a fundar Centros Dramáticos Sociais e a realizar sessões onde se entretivessem os sócios em palestras amigáveis excluindo-se o baile e qualquer espécie de jogos (76). A preocupação com o baile não era acidental. Mais do que qualquer outro divertimento, ele simboliza as normas vigentes nas relações entre os sexos e a tentativa de proscrevê-lo se fazia em nome da repulsa a estas normas.

(Nem se pode deixar de valorizar a preocupação dos libertários com o significado dos atos da vida quotidiana que, como diz Reich, são os artesãos do progresso ou, inversamente, da regressão social, enquanto os belos discursos políticos despertam apenas um entusiasmo passageiro (77). Porém, a crítica enfatiza um moralismo de estilo religioso onde o impulso sexual tem a marca do impuro, associado no caso da mulher ao fantasma da prostituição:)

"Quando começa o baile assiste-se à cena mais repugnante deste mundo, capaz de nausear as próprias meretrizes. A orquestra entoa as primeiras notas para saltar, e todos aqueles espasmados mancebos correm como loucos em busca da mais bem feita, para satisfazerem a ânsia de a apertar nos braços, de lhe revelar todo o seu desejo de posse, pois daquele amplexo, daquele enlace libidinoso, daquele recíproco roçamento, daquelas cócegas, não pode resultar senão a excitação dos sentidos de ambos. Então ali está o homem, o macho, não para conhecer e conquistar uma alma, uma companheira, mas para gozar a fêmea, corrompê-la e abandoná-la à prostituição" (78).

(75) *O Amigo do Povo*, 6-9-1902.

(76) Edgard Rodrigues — *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, pp. 179 e 242.

(77) Reich, Wilhelm — *La Psychologie de masse du fascisme*. Paris, 1927.

(78) *A Terra Livre*, 5-2-1907.

— Outro texto condenava a dança em nome não só da moral como do utilitarismo: "o baile só serve para manter os sentidos excitados, não é ginástico, nem higiênico, nem moral" (79).

Convém lembrar de passagem que o conteúdo fortemente ideológico e em certa medida ascético das formas de evasão do quotidiano parece ter sido uma característica específica dos libertários. Com maior facilidade, os socialistas tenderam a transformar as efemérides do movimento operário em um misto de reforço da solidariedade e simples divertimento, como transparece do relato de uma comemoração em São Paulo do 1.º de maio — data cujo conteúdo dramático os anarquistas trataram sempre de ressaltar: o Centro Socialista Internacional realizou um "pic-nic" comemorativo no Bosque da Saúde, contratando bondes especiais para o transporte. No primeiro deles, seguia o flamante estandarte do Centro e uma pequena banda de música que, no trajeto, tocava a Internacional. Ao meio dia, havia mais de 1 000 operários no Bosque. Correu abundantemente a cerveja e o vinho, participando das libações trabalhadores, músicos e soldados — estes enviados desnecessariamente ao local — "em comovente acordo". Um jovem operário discursou, sob muitos aplausos, concitando à solidariedade. À tarde, ao som de três bandas, iniciou-se um baile monstro, com mais de 200 pares dansando até o cair da noite (80).

Até que ponto o código puritano foi seguido pelo pequeno círculo dos expoentes anarquistas e pela camada mais ampla de seus seguidores ou simpatizantes? Em regra, o dirigente libertário era um homem sóbrio, na vida material e na vida afetiva, obediente aos preceitos da família monogâmica não obstante o discurso em favor do amor livre. Os impulsos refreados encontravam aliás uma forma de expressão desviada mas legítima aos olhos da doutrina, na descrição das diversões pervertidas da sociedade burguesa, dos atos concupiscentes do clero. Em alguns casos, a adesão aos anarquismo vinculava-se a uma tendência prévia a este tipo de conduta. No *Livre Pensador* Everardo Dias combatia a tirania do tabaco e do álcool; José Oiticica fazia conferências denunciando seu uso e, antes de ser anarquista, já era vegetariano (81). Para o círculo mais amplo dos aderentes ou

(79) *A Terra Livre*, 23-2-1907.

(80) *Fantulla*, 2-5-1907.

(81) Dulles, *ob. cit.*, pp. 8 e 31. É claro que esta breve referência à conduta dos dirigentes anarquistas diz respeito ao padrão dominante. Para

simpatizantes, o código moral tinha um sentido contraditório. De um lado, promovia a dignidade das camadas dominadas, no interior de um sistema social que lhes negava abertamente reconhecimento⁽⁸²⁾; de outro, restringia formas de evasão do cotidiano incorporadas à vida social urbana. Sem dúvida, as necessidades dos aderentes, neste terreno, eram atendidas em parte pelas manifestações de caráter político, ou pelas expressões aceitas de lazer. Ao lado do discurso político, cheio de emotividade, o comércio ou a passeata tinham um forte conteúdo simbólico, com suas bandeiras vermelhas, a banda de música, as moças de braços dados que, nas primeiras fileiras, cantavam hinos revolucionários. O teatro social, formado por atores operários, funcionava como uma verdadeira catarse: os trabalhadores viviam as figuras do operário consciente, do ex-operário que ascendeu e se corrompeu pelo dinheiro, do patrão explorador, do alcoólatra etc.)

Mas, um campo de composição e de tensões permaneceu. A dança continuou a ser incluída em muitos festivais libertários, para garantir-lhes o êxito⁽⁸³⁾. O carnaval, anatematizado pelos folhetos da propaganda anarquista, exerceu uma poderosa atração sobre os trabalhadores, gerando a crítica cerrada das folhas libertárias:

"O que mais nos desagrada e indigna é que são sobretudo os operários que levam os filhos e as mulheres ao apalramento e beliscão no meio da turba ébria e inconsciente e que depois têm escrúpulo — os patifes — de lhes darem a ler algum opúsculo ou de as levarem a alguma

lembrar um caso excepcional, em 1900, Gigi Damiani e José Sarmento Marques foram presos e julgados sob a acusação de terem deflorado uma menor. Pode ser porém que o processo encobrisse apenas uma perseguição política.

(82) Uma expressão desta necessidade é uma proposta apresentada ao Congresso Operário de 1912, pela qual o operário adquirente de uma casa, que se revelasse bom esposo, bom pai, avesso ao jogo e à bebida, receberia ao pagar a última prestação o título de propriedade, além de outro comprovatório de sua honestidade.

(83) Exemplos de festivais libertários com a inclusão de baile familiar em *A Terra Livre*, 17-2-1906; 15-6-1907; 5-10-1907; 9-1-1908. Ver a referência ao fracasso de uma festa de propaganda da Escola Moderna que excluiu deliberadamente a dança em *A Terra Livre*, 17-2-1910. Em setembro de 1907, o jornal criticava uma reunião dos trabalhadores em veículos de São Paulo, onde se desistira da parte das conferências e do teatro, se reduzindo à dança, "elemento de corrupção, de imitação da sociedade burguesa".

conferência de propaganda pela emancipação, pela redenção deles próprios, deste corrupto meio de rufiões, padres e policiais." (84).

Por maiores que tenham sido as diferenças de meio social, a atitude ascética dos libertários brasileiros se assemelhava à dos anarquistas andaluzes, descritos por Hobsbawm, com: sua recusa a ouvir falar de religião, as tendências vegetarianas, a repulsa ao álcool, ao fumo, à promiscuidade dos sexos. Hobsbawm vincula este comportamento ao desejo de não apenas destruir o mundo do mal como de rejeitá-lo imediatamente. O anarquista consciente era um revolucionário no sentido mais completo que um camponês andaluz podia conceber, condenando o passado em bloco; era, de fato um milenarista⁽⁸⁵⁾. A rejeição da vida mundana integrou porém a prática da vida de aldeia na Andaluzia, nos anos trinta, até a ocupação franquista. Os libertários brasileiros não puderam viver esta experiência, a não ser em seu reduzido círculo. (As normas puritanas que adotaram estavam implícitas no ideal anarquista de solidariedade, mas foram reforçadas pela condição de pequeno grupo de "eleitos", apóstolos da transformação radical de um país tão distante dela. Tentaram assim viver aqui e agora seu restrito milênio cuja extensão à sociedade sentiam ser uma tarefa para várias gerações.)

B) Um instrumento

Mais importantes talvez do que o frágil sindicato, o jornal constituiu um dos principais centros organizatórios anarquistas e de difusão da propaganda. Veículo de expressão escrita, transforma-se também com frequência em veículo oral, ao ser lido em voz alta para os trabalhadores analfabetos. Quando consegue manter certa continuidade ao longo dos anos, espelha as condições do movimento social. Nas fases de ascensão, predomina o esforço por ressaltar uma linha política associada ao noticiário da vida dos trabalhadores nas empresas, das tentativas de organização sindical e das greves; nas fases de descenso, a linha política e o noticiário se diluem, ganhando destaque um doutrinário tendente a se transformar em catecismo monótono. Inovadora é mesmo insólita no seu conteúdo, a folha anarquista está presa às formas de seu tempo, com uma linguagem em regra rebuscada,

(84) *A Terra Livre*, 17-2-1910.

(85) E. J. Hobsbawm — *Primitive Rebels*. Manchester University Press, 1963, p. 84.

as imagens de gosto neoclássico, onde despontam as figuras femininas simbolizando a liberdade, os poemas acadêmicos que exaltam a emancipação futura ou descrevem a miséria presente dos trabalhadores.

Em fins do século XIX, *L'Avvenire*, *Il Risveglio* (São Paulo, 1893), *Gli Schiavi Bianchi* (São Paulo), *O Despertar* (Rio de Janeiro, outubro de 1898), *O Protesto* (Rio de Janeiro, 1899) estampam em seus títulos as primeiras tentativas de propaganda, a referência crítica a uma sociedade recém-saída da escravidão que começa a construir uma ideologia de igualdade e progresso (86). Estes jornais tiveram uma vida efêmera e deram lugar a publicações mais regulares, fruto de um certo reforço dos quadros anarquistas e das lutas operárias. *A Terra Livre*, *O Amigo do Povo*, *La Battaglia*, *A Lanterna* foram os jornais de duração mais longa publicados no período, em São Paulo. À frente da maioria deles, estariam alguns quadros estrangeiros já formados nas concepções libertárias, que chegaram ao Brasil entre fins do século XIX e princípios deste século. *La Battaglia* foi fundada por Oreste Ristori, italiano proveniente do Uruguai. Lembrado como grande propagandista e orador, Ristori sofreu duas deportações do Brasil, a última em 1936. Juntou-se à Brigada Internacional durante a guerra civil da Espanha, sendo morto na Itália, como refém dos nazistas em 1944 (87). Em princípios de 1912, assumiu a direção do jornal Luigi (Gigi) Damiani, uma figura de traços psicológicos diversos de Ristori — “homem de poucas palavras e de sorriso irônico” — mas com formação semelhante. Chegado ao Brasil em 1899, proveniente da Itália onde já fora perseguido como anarquista, passou seis anos no Paraná. Aí trabalhou como pintor de paredes e fundou um jornal, procurando influir sobre os trabalhadores locais. Colaborou com frequência em *La Battaglia*, antes de assumir sua direção, no *Amigo do Povo*, e foi expulso do Brasil em 1919, na vaga de deportações daquele ano, tornando-se bastante conhecido

(86) *O Protesto* parece ter sido o primeiro jornal anarquista publicado com alguma continuidade (onze números) no Rio de Janeiro. Foi seu principal responsável J. Mota Assunção, um jovem de 21 anos então cobrador de bondes, mais tarde linotipista, com uma trajetória pouco comum, passando do anarquismo ao socialismo, por volta de 1910. Cf. Dulles, *ob. cit.*, p. 13; Edgard Rodrigues — *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, p. 64; Maram, *ob. cit.*, p. 115.

(87) Everardo Dias — *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, 1962, p. 246; Dulles, *ob. cit.*, p. 8.

nos círculos anarquistas europeus por sua atividade na Itália, ligado a Malatesta (88). À frente do *Amigo do Povo*, participando da direção da *Terra Livre*, da revista *Aurora*, surgia a figura tímida, avessa às aparições públicas, de Gregório Nazianzeno de Vasconcelos — Neno Vasco. Foi ele talvez o mais lúcido expositor das idéias anarquistas do período, combinando a capacidade de perceber as alternativas centrais da estratégia libertária com a análise das condições da sociedade brasileira, além de ter sido um eficiente organizador. Nascido em Portugal, filho de um rico comerciante, chegou ao país em 1900 ou 1901, após obter o grau de bacharel em Direito por Coimbra. Sua permanência no Brasil estendeu-se até abril de 1911, quando retornou a Portugal, aí morrendo em setembro de 1920 (89). Ao lado de Neno Vasco, na direção da *Lanterna*, na atividade sindical, o brasileiro que acabou por simbolizar todo o movimento anarquista. Embora nascido no interior de São Paulo (Mogi Mirim, 1881), Edgard Leuenroth, formara suas concepções entre a redação dos jornais e o bairro operário do Brás, onde viveu grande parte de sua vida. Tipógrafo aos 14 anos, a seguir jornalista, teve uma breve inclinação pelo socialismo, no contato com o socialista baiano Estêvão Estrela. Por volta de 1903, iniciou sua longa militância sindical, no Centro Tipográfico de São Paulo, e aderiu ao anarquismo (90).

(88) Dulles, *ob. cit.*, p. 8. Logo após seu regresso à Itália, Gigi escreveu um folheto dedicado ao jornalista Nereu Rangel Pestana e a Evaristo de Moraes no qual denunciou as condições de trabalho vigentes no Brasil, os “cavalieri” e condes italianos que esfomeavam trabalhadores e açambarcavam gêneros. Na linha dos artigos frequentemente publicados em *La Battaglia*, aconselhava os camponeses italianos a não emigrar para o Brasil e a não acreditar nos relatos de jornalistas, a soldo da embaixada brasileira, acerca das “delícias do Novo Mundo”. A capa reforçava o conteúdo verbal, trazendo um desenho do espancamento de Everardo Dias, em um posto policial de bairro.

Gigi Damiani — *I paesi nei quali non si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile*. Milão, 1920.

(89) *A Voz do Povo*, 24-9-1920; Edgard Rodrigues — *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*, p. 101.

É curioso observar que, na sua polêmica com os anarquistas na década de vinte, os comunistas procuraram por vezes apresentar-se como legítimos herdeiros do legado revolucionário do anarquismo em contraposição aos “anarcóides que assumiram uma postura reacionária” — proclamando-se “os únicos herdeiros e continuadores da obra gloriosa de Neno Vasco e Paulo Berthelot”. Cf. *A Nação*, 22-6-1927.

(90) Cf. depoimento de Leuenroth em *Dealbar*, dezembro de 1968 e Dulles, *ob. cit.*, p. 15.

Nenhum jornal explicitamente anarquista do Rio de Janeiro (*Novo Rumor*, *A Guerra Social*, *Na Barricada*) conseguiu manter-se por muito tempo, com a exceção significativa de *A Voz do Trabalhador*. Embora surgisse como jornal da COB, assumiu as posições do anarco-sindicalismo aí dominantes, convertendo-se em um exemplo de equilibrada combinação entre a divulgação teórica, a propaganda, a temática do movimento operário. Sobre tudo em sua primeira fase, constituiu-se também em um canal de expressão dos problemas dos trabalhadores no nível da empresa⁽⁹¹⁾.

C) O núcleo dirigente

No primeiro número do jornal que iria se transformar no mais influente órgão anarquista, comentava-se com melancolia que a propaganda tinha mais de duas décadas, mas era intermitente, seguida de quando em quando de agitações populares e mobilizações da classe operária. Até hoje — dizia *A Plebe* ao apelar para uma iniciativa maior — “os nossos camaradas quase que atestam sua adesão ao movimento libertário tomando assinaturas dos jornais, dando alguma subscrição”⁽⁹²⁾.

O comentário de *A Plebe* era em grande parte, mas não inteiramente, verdadeiro. Apesar da sua fraqueza numérica⁽⁹³⁾, da inconsistência organizatória, os anarquistas constituíam a maioria da vanguarda operária e, ao menos, figuras de respeito para a grande massa. Tinham sido os maiores responsáveis pelos esforços em construir um sindicalismo revolucionário, haviam se integrado nas maiores mobilizações do período. Por volta do início da Primeira Guerra, o núcleo libertário de vanguarda reunia condições para se por à cabeça de lutas mais amplas, influenciando diretamente em seu rumo, como se tornaria claro nos anos 1917-1920.

A ausência de uma estrutura formal do movimento anarquista torna precária qualquer tentativa de traçar os limites deste

(91) O jornal teve duas fases: a primeira estendeu-se de 1.º de julho de 1908 a dezembro de 1909, quando se publicaram 21 números, sob a responsabilidade de Manoel Moscoso como editor; José Romero, administrador; Mota Assunção e Carlos Dias; a segunda iniciou-se a 1.º de janeiro de 1913 e, ao que parece, foi até junho de 1915, com edições quinzenais oscilando entre 3 000 a 4 000 exemplares.

(92) *A Plebe*, 9-6-1917.

(93) Em junho de 1910, *A Terra Livre* calculava em 1 000 o número de elementos anarquistas existentes no Rio de Janeiro, dispersos em pequenos grupos e sem nenhum jornal.

núcleo. Aqui não há comitês centrais, direções regionais abertos à análise. Há figuras cuja maior ou menor continuidade militante varia no tempo e embora a definição de um grupo dirigente possa ser feita por critérios relevantes (organizador da imprensa, do movimento operário, alvo especial de repressão etc.), nem sempre eles são suficientes para estabelecer uma diferença com os ativistas. (Utilizando os critérios apontados, selecionei 33 nomes, entre os anos 1900-1917, abrangendo 11 pessoas pertencentes a *grosso modo* à média burguesia intelectual e 22 trabalhadores manuais⁽⁹⁴⁾. A discriminação por ramo de atividade do último grupo revela a presença de 10 gráficos; 4 operários da construção civil⁽⁹⁵⁾; 1 sapateiro (Antonio Nalipinski); 1 chapeleiro (José Sarmento Marques, responsável pelo jornal sindicalista *O Baluarte*, deportado do país em 1917); 1 estivador (Manoel Campos) e 5 pessoas que não é possível ligar especificamente a um ramo: Manoel Perdigão Saavedra e João Perdigão Gutierrez — cuja atividade concentrou-se em Santos — José Romero, Pedro Matera e José Elias da Silva.

Um ramo numericamente restrito, onde os anarquistas nem sempre predominaram — o dos gráficos — surge como dominante. A profissão desenvolve a capacidade organizatória e o

(94) No primeiro grupo arrolei Leuenroth, Ristori, Neno Vasco, Astrojildo Pereira, Fábio Luz, José Oiticica, Adelino de Pinho, Orlando Correia Lopes, João Gonçalves da Silva, o jornalista Alvaro Palmeira e um dos raros advogados libertários — Benjamin Mota. A limitação regional ao Rio e São Paulo exclui alguns elementos importantes, de outras áreas do país. E o caso de Otávio Brandão, farmacêutico nascido em Alagoas, diretor do semanário *Semana Social*, juntamente com o gráfico carioca Antonio Bernardo Canelas. O jornal foi apedrejado durante a Primeira Guerra, quando registrou a entrada do Brasil no conflito com uma grande manchete “Abaixo a guerra imperialista”. Brandão seguiu para o Rio, tornando-se uma figura popular como orador retórico e ativo militante. Ingressou posteriormente no PCB, onde exerceu papel de direção, sendo eleito intendente à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em fins da década de vinte. Preso em 1931, deportado a seguir do Brasil, viveu vários anos em Moscou.

(95) Gigi Damiani; o estucador Silvio Antonelli, editor de *Alba Rossa*, deportado em 1919; o secretário do sindicato dos pedreiros de São Paulo Alessandro Zanella, também deportado naquele ano e Minerino de Oliveira. Minerino iniciou sua vida como motoneiro de bondes no Rio de Janeiro e teve uma longa história como dirigente do Centro Operário Marmorista, desde os primeiros anos da década de dez. Aderiu ao PCB, foi vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro, secretário da Federação Sindical Regional e candidato do Bloco Operário e Camponês às eleições presidenciais de março de 1930.

domínio do jornal como instrumento. É à volta da imprensa que se formam aliás várias figuras definidas como pertencentes à classe média intelectual — Leuenroth, Astrojildo, Palmeira. No grupo dos trabalhadores gráficos se encontram um líder da Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, Ulisses Martins; o diretor de "Novo Rumo" e um dos organizadores do Primeiro Congresso Operário, Luiz Magrassi; o secretário da COB, Rosendo dos Santos; Mota Assunção, Manuel Moscoso, Carlos Dias, Everardo Dias, Antônio Bernardo Canelas, João da Costa Pimenta, Florentino de Carvalho (96).

Em contraposição aos gráficos, os têxteis-quantitativamente importantes — não estão representados. José Romero e Pedro Matera que se dedicaram particularmente à sua organização, não podem ser considerados integrantes da categoria. Uma figura operária de grande prestígio entre a massa dos tecelões surgiria por volta de 1919, a princípio ligada aos anarquistas. Trata-se de José Righetti — um dos representantes da União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo no Terceiro Congresso Operário (1920), profundamente envolvido nas lutas da categoria desde então. Nos anos vinte, tornou-se um sindicalista

(96) Antônio Bernardo Canelas nasceu em Niterói e após ter contatos com Astrojildo Pereira foi para Maciô em 1913, aí fundando o semanário *A Semana Social*. Depois do apedrejamento do jornal, seguiu para o Recife, onde em 1918 fundou a *Tribuna do Povo*. O episódio de sua presença no IV Congresso da Internacional Comunista (1922) e posterior expulsão do PCB (dezembro de 1923) é conhecido. A partir daí, aproximou-se do tenentismo e esteve associado às tendências nacionalistas populares deste movimento. João da Costa Pimenta foi uma das figuras centrais do movimento operário de toda uma época. Padeiro em Campos, veio para o Rio de Janeiro em 1904, empregou-se como garção e militou no Centro Cosmopolita. Tornou-se depois gráfico, profissão que exerceu no Rio e em São Paulo. Após uma longa atividade como organizador sindical e da imprensa anarquista, rompeu com o anarquismo, sendo um dos fundadores do PCB. Posteriormente, em fins da década de vinte, participou da chamada "Cisão Barbosa" e aderiu, já nos anos trinta, ao Partido Socialista. Cf. Dulles, *ob. cit.* e *A Nação*, 14-2-1927.

A classificação de Florentino de Carvalho como gráfico é até certo ponto artificial. Primitivo Raimundo Soares (seu verdadeiro nome) nasceu na Espanha em 1891 e chegou ao Brasil ainda menino. Soldado da Força Pública, doqueiro e a seguir gráfico em Santos, foi expulso em 1917 retornando depois ao país. Um típico doutrinário, Florentino opôs-se à colaboração entre os anarquistas e Maurício de Lacerda em 1920 e estabeleceu muitas restrições, anos mais tarde, ao apoio dos libertários à Aliança Nacional Libertadora. No documento de sua expulsão, figura como tipógrafo. Cf. Edgard Rodrigues, *obs. cit.* e Dulles, p. 519.

desligado do anarquismo e logo após a Revolução de 1930 esteve à frente das greves têxteis, associando-se ao mesmo tempo com o general Miguel Costa.

Refletindo as condições da industrialização brasileira da época — com suas longas jornadas de trabalho, a presença da mão-de-obra feminina e infantil — o proletariado de fábrica quase não aparece no grupo dirigente. Seu campo de atividade liga-se muito mais à pequena organização informal na empresa, que emerge no instante das greves, deixando traços impessoais de uma linha de lutas de base, talvez contínua, mas difícil de reconstruir.

É significativo observar também a quase inexistência de elementos do setor serviços no núcleo dirigente libertário, como um indício de suas dificuldades em organizar esta área estratégica.

Por toscos que sejam os dados, a supremacia dos trabalhadores manuais sobre os intelectuais de classe média é indicativa das raízes do anarquismo entre os elementos de vanguarda das camadas dominadas. Em uma época onde uma forte dose de autodidatismo está presente em ambos os grupos, separados mesmo um pouco artificialmente, seria errôneo pensar em uma subdivisão de funções muito clara no interior das fileiras anarquistas; se alguma distinção intelectual se pode fazer, por exemplo, entre Gigi Damiani e Fábio Luz ela favorece o primeiro e não o segundo. Mas, a partir desta constatação ainda fica por esclarecer o alcance da influência libertária sobre o movimento operário e as relações difíceis de decifrar entre o movimento e a própria classe.

3. Socialismo

A história do socialismo foi a história do pequeno círculo, com escassa penetração nos meios populares. Cronologicamente porém, nos últimos anos do século XIX e em princípios deste século, os sinais da atividade socialista em São Paulo eram mais visíveis do que o anarquismo. Dentre os vários centros criados nessa época, conservam-se maiores traços do Centro Socialista de Santos, fundado em 1895 por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar, após uma primeira tentativa em 1889 (97).

(97) Os dados acerca do Centro Socialista de Santos se baseiam em Astrojildo Pereira — Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil. *Estudos Sociais*, n.º 12, abril de 1962, pp. 404 e segs.

O surgimento deste grupo em Santos guarda relação com as condições específicas da cidade: núcleo de propaganda republicana e abolicionista, já concentrava no porto um contingente de trabalhadores que começava a realizar algumas greves de certa importância. (É difícil esclarecer se os componentes do grupo tinham algum conhecimento direto do marxismo.) O artigo de apresentação de seu quinzenário *A Questão Social* revela a influência evolucionista e uma propensão pelo reformismo. Depois de afirmar que o socialismo é "o resultado de estudos acurados de uma plêiade de pensadores, representando o primus inter pares Karl Marx", o artigo estabelece como objetivo do jornal a luta tenaz "para que sejam mais rápidos os efeitos do movimento evolucionista científico", visando à nova organização da sociedade. Ao mesmo tempo, rejeita o caminho de uma "agitação revolucionária", dadas as condições gerais existentes no país.

Um modelo social claramente evolucionista fundamenta o pensamento de um dos mais conhecidos socialistas da época Antonio Piccarolo, doutor em literatura, filosofia e Direito pela Universidade de Turim, que chegou a São Paulo nos primeiros anos deste século. Sua versão do materialismo histórico em *O Socialismo no Brasil* ressoa como um eco spenceriano e não como uma síntese das idéias de Marx e Engels⁽⁹⁸⁾. [Concebidos como uma lei natural interna a cada sistema societário, os modos de produção se reproduzem rigorosamente em todos os povos, embora as fases de desenvolvimento possam ser mais ou menos rápidas. Como manifestação da natureza, a História também não dá saltos. A inelutabilidade deste processo leva os imigrantes a estabelecer nos países novos a escravidão já superada em suas pátrias. No Brasil, a lei áurea fecha o período escravista e abre outro que, segundo as leis da evolução, só poderia ser o período feudal, reproduzindo as condições específicas do ano 1000 à Revolução Francesa. A noção de escassa distinção de classes,

(98) "Como no mundo da biologia deixou-se de colocar o homem num reino distinto, fazendo dele um ser independente das outras espécies animais, para torná-lo partícipe da grande vida universal, embora considerando-o de grau mais elevado; assim se estabeleceu uma continuidade entre todos os grupos de seres viventes que se vão elevando, ou melhor, transformando, juntamente com a transformação das condições de vida dos indivíduos que constituem o grupo social". Antonio Piccarolo — *O Socialismo no Brasil*. 3.^a ed., São Paulo, 1932, p. 23. As citações são sempre desta edição, que contém um prefácio onde o autor atualiza alguns pontos de vista. A primeira edição é de 1908.

Piccarolo acrescenta uma nota característica da visão do imigrante: a classe dominante se forma de brasileiros tradicionais; dela se distinguem os recém-chegados, os quais "trabalham, produzem e agüentam a política dos outros". Os que irão constituir a futura burguesia industrial e comercial, mesmo compreendendo as vantagens da política, ainda não se consideram em condições de lutar, enquanto à classe operária nascente falta consciência de classe. [E Piccarolo se pergunta: quando chegará o dia em que a burguesia brasileira, formada por estes "homines novi" que representam a moderna indústria, se decidirá a fazer o seu 89? E quem será o Babeuf que guiará o proletariado brasileiro à sua primeira derrota que representará também a sua primeira vitória⁽⁹⁹⁾?]

[Descartadas as diferenças de ênfase, a noção de uma série evolutiva linear de modos de produção teria uma grande ressonância na ideologia marxista vulgar, anos mais tarde.] Ao mesmo tempo, apesar de conceber a sociedade brasileira como um sistema tendente a repetir as etapas históricas da Europa ocidental, Piccarolo não deixou de descrevê-la em sua especificidade, situando-se em plano superior à regra do discurso libertário.

[A atividade dos socialistas, após a curta vida do Centro Socialista de Santos, concentra-se em torno da Liga Democrática Italiana e do jornal *Avanti*, publicado intermitentemente a partir de 1900, sob a responsabilidade de Alceste de Ambryz.] O surgimento do jornal coincide com uma conjuntura econômica adversa, em cujo curso se originam em São Paulo alguns sindicatos e as primeiras greves têxteis. As tentativas iniciais de organização da categoria partem do grupo socialista que chega a conseguir um efêmero êxito: em uma reunião realizada na Liga Democrática, em agosto de 1901, há 600 inscrições para o sindicato têxtil, comparecendo vários delegados de fábrica⁽¹⁰⁰⁾. No correr daquele ano, com o engenheiro Alcebiades Bertolotti à frente, os socialistas tinham acompanhado comissões de operários em várias greves e obtido algum prestígio. Desde este tempo, seu propósito consistia em fazer reconhecer os direitos da classe operária para aumentar concomitantemente as possibilidades de conciliação social. Logo após a primeira greve desfechada na empresa Regoli

(99) Piccarolo, *ob. cit.*, p. 48.

(100) *Avanti*, 24-8-1901. O jornal calcula em 1 500 o número total de trabalhadores do ramo.

& Crespi, dizia o *Avanti* que "a formação dos sindicatos — e tenham isto presente também os industriais — é um remédio preventivo das greves, para torná-las menos frequentes, menos impulsivas, sempre mais razoáveis e pacíficas; pois a organização forte e compacta impõe por si só muitas vezes mais do que cem greves" (101).

Foi dentro deste clima de relativo ascenso que se realizou em São Paulo o Segundo Congresso Socialista, entre 28 e 1.º de junho de 1902, com a presença de pouco mais de 50 pessoas (102). Como resultado do encontro, criou-se uma comissão encarregada de organizar um partido e de fazer executar o programa aprovado. O manifesto introdutório ao programa oscila entre um ritualismo marxista e a defesa de um partido democrático policlassista (103). Toda a sua primeira parte inspira-se no Manifesto Comunista. A história da sociedade é a história da luta de classes, reduzida na sociedade atual a duas classes fundamentais e antagônicas: a burguesia e o proletariado. Na raiz deste antagonismo, que se concretiza a partir do desenvolvimento da grande indústria, está o fato de que enquanto os capitalistas dispõem dos meios de produção os operários dispõem apenas de sua força muscular ou de suas aptidões intelectuais e se vêem compelidos pela necessidade primordial de viver a ceder sua força de trabalho por uma vantagem inferior à que eles próprios produzem. O Estado é a "vera effigie da burguesia". Sua intervenção se faz sempre no sentido de amparar os interesses dos espoliadores e as contramarchas resultam da maior força dos que clamam. Daí a necessidade — expressa no programa máximo — de organizar o proletariado em partido de classe, com o objetivo de alcançar o poder, para transformá-lo de agente de exploração capitalista em instrumento para anular o monopólio econômico e político da classe dominante.

Mas, não obstante a menção expressa ao socialismo, ao "brado simbólico" de Karl Marx, outro discurso se insinua no texto. (Nele, o reformismo de origem européia se funde com os estereótipos da grandeza geográfica da pátria e do caráter brasi-

(101) *Avanti*, 12-10-1901. O texto — com sua insistência na organização e sua crítica ao alcance das greves — insere-se também no quadro das primeiras polémicas com os anarquistas.

(102) Os nomes se encontram em Everardo Dias, *ob. cit.*, p. 244.

(103) O manifesto e o programa do Partido Socialista foram publicados em *O Estado de S. Paulo* de 28-8-1902.

leiro. [Do partido socialista devem fazer parte todas as pessoas que, por sentimentos humanitários, ou pela razão, estejam convencidas de que a felicidade do indivíduo está na proporção direta do bem estar econômico de todos os membros da sociedade. Marxistas ou republicanos desiludidos podem colaborar na tarefa das reformas, com o mínimo possível de cometeções violentas. E ao brasileiro, mais que a nenhum outro, compete colocar-se à frente do movimento; ao brasileiro, cujo coração é reconhecida-mente tão afetivo, tão altruísta, e cujo espírito é tão grande e tão rico de idéias liberais, como é rica de elementos de vida a região em que nasceu, acariciadora e generosa a natureza que o cerca.

O programa mínimo do partido — em quase todos os pontos uma reprodução do programa do partido socialista argentino (104) — contém uma parte de reivindicações específicas para a classe operária (oito horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos; limitação do trabalho das mulheres, do serviço noturno etc.) a serem alcançadas através da pressão sobre o Estado e do seu reconhecimento no plano legislativo. Propõe-se a luta pela revogação dos artigos do Código Penal que limitam o direito de greve e a ação das associações de resistência, espera-se que o Estado seja compelido a pagar comissões inspetoras das condições de trabalho nas fábricas, oficinas e fazendas, eleitas pelos trabalhadores. No campo da reforma das instituições, o programa defende o divórcio, a instrução laica e obrigatória aos menores de 14 anos, o voto para todos os cidadãos inclusive as mulheres após os 18 anos. Curiosamente, não há expressa referência à grande panacéia dos anos vinte — o voto secreto. Por sua vez, é clara a intenção do grupo socialista de integrar a massa imigrante na vida política, quando advoga o reconhecimento da cidadania brasileira a todos os estrangeiros com um ano de residência no país. Proposta de pouca ressonância pois, como dizia um crítico desta integração, a massa dos italianos não estava disposta a naturalizar-se preferindo assegurar o relativo amparo de seu governo (105). A noção de desenvolvimento nacional está ausente do programa, recusando-se o protecionismo na área do comércio exterior. Ao lado de medidas tributárias redistributivas como o

(104) Hobart Spalding — *La Clase trabajadora argentina (Documentos para su historia, 1890-1912)*. Buenos Aires, 1970, p. 266.

(105) *Avanti*, 27-3-1915.

estabelecimento do imposto direto e proporcional sobre a renda, o imposto progressivo sobre a herança até sua extinção, postula-se a abolição do imposto alfandegário, vinculada à expectativa de reduzir o preço de bens de consumo.

Apesar das tentativas de aproximar-se da classe operária, é claro que aí não se encontrava o pequeno público dos socialistas. Desde seus primeiros números, o *Avanti* publicava uma página de anúncios onde ostentavam suas qualidades, restaurantes que serviam macarrão à napolitana e vinho de Salerno, médicos e cirurgiões formados nas universidades italianas, dispostos a dar consulta gratuita aos pobres, fabricantes de chapéus, proprietários de oficinas gráficas capazes de executar artísticos trabalhos. O grupo dos organizadores era constituído de elementos da classe média intelectual e de alguns gráficos dentre os quais se destacou Valentim Diego, desde os primeiros anos do século. A categoria dos gráficos foi aliás a única em que os socialistas tiveram alguma influência duradoura em São Paulo: a União dos Trabalhadores Gráficos, fundada em março de 1904, assumiu em muitos momentos uma atitude *trade-unionista* e de seu seio partiram propostas de se formar partidos operários com inclinações reformistas (106).

Do ponto de vista programático, os socialistas se colocavam em um plano aparentemente superior com relação aos anarquistas, ao pretender atuar na esfera política, ao compreender a necessidade de estabelecer um programa mínimo democrático, de pressionar o Estado no sentido da extensão da cidadania social e política, ao afirmar o objetivo de formação de um partido. No entanto, suas propostas em princípio mais viáveis, tiveram insignificante ressonância. As razões do fracasso se encontram nas condições objetivas da sociedade brasileira. A constituição de um partido de tipo socialista dependia de uma base de apoio entre as camadas médias urbanas e núcleos operários, assim como de um certo grau de legitimação por parte da classe dominante. As camadas médias urbanas dissidentes inclinaram-se no Rio de Janeiro, como já se acentuou, por algumas tentativas de "aliança para baixo". Mas estas tentativas, além de débeis, não se voltavam para a organização horizontal da sociedade civil, tendo

(106) *A Terra Livre*, 10-12-1905; 7-10-1906. *A Voz do Trabalhador*, 1-12-1914.

como objetivo básico o ataque imediato ao aparelho de Estado (107). No que se refere aos núcleos operários, a atração por um moderado socialismo dependia da margem existente no país para as reformas sociais e para a participação no sistema político, na realidade muito reduzida.

Aos olhos dos operários de vanguarda, o reformismo encerrava assim paradoxalmente um vício que os seus defensores mais exorcizavam: a noção pragmática de que o importante é o movimento e o chamado fim último do socialismo não é nada, convertia-se, nas condições brasileiras, em uma utopia.

Por contraste, o exemplo do êxito relativo do Partido Socialista argentino é revelador. A viabilidade de seu projeto se assenta nas condições conhecidas daquele país nos últimos anos do século: intensa acumulação de capital com base na matriz agrária; rápido surgimento de um setor industrial e de serviços, no bojo de um processo histórico no qual tinham estado ausentes as relações escravistas e o grau de inserção no sistema colonial fora muito menor. Tais premissas conferem viabilidade ao projeto de "modernização política" elaborado em especial por Justo, sob direta influência bernsteniana. O fortalecimento do socialismo reformista se baseia na ampliação dos graus de participação política, em alguns resultados obtidos pela via das pressões reivindicativas sobre o Estado, na crescente aceitação por parte dos círculos dirigentes de um partido "socializante civilizador", integrado nas pautas liberais oligárquicas e capaz ao mesmo tempo de refrear o alcance do anarquismo (108). Condições ausentes no Brasil, onde a morte do jacobinismo não dá lugar a pressões democratizantes de nenhum tipo de partido radical; onde o Estado não se vê forçado a fazer concessões às débeis camadas populares urbanas; onde a fragilidade do anarquismo e do movimento operário tornam desnecessário o papel moderador de um partido reformista.

Mas, os partidos socialistas que lograram consolidar-se na América Latina, antes da Revolução Russa, contiveram no seu interior, esquematicamente, tendências reformistas e revolucio-

(107) Ver um desenvolvimento desta temática em Décio Azevedo Marques de Saes — *O Socialismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira, 1889-1930*. Campinas, 1971.

(108) Para uma análise do campo de possibilidades de ação do Partido Socialista argentino e de suas raízes ideológicas, ver o livro já citado de Júlio Gódió.

nárias, em escala variável. Tanto assim que, no início dos anos vinte, ou houve a adesão dos Partidos Socialistas à III Internacional com algumas dissidências (Chile, Uruguai) ou de suas fileiras originaram-se grupos favoráveis à adesão, como é o caso do Partido Socialista Internacional argentino. A inexistência de um Partido Socialista no Brasil significou também a falta de um núcleo inclinado às posições do marxismo revolucionário, resultando na forma específica tantas vezes citada da constituição do Partido Comunista por uma crise no interior do anarquismo. A constatação é banal, mas não o seu significado. Qual a razão da ausência de um núcleo deste tipo, em um país onde a margem para o reformismo era tão escassa? Uma parte da resposta à pergunta deveria ser encontrada na análise do sistema cultural, tarefa a que não me proponho. Do ponto de vista das chamadas condições objetivas, o peso restrito da classe operária tornava inviável o surgimento desta espécie de direção prévia cujo projeto deveria basear-se na concepção do proletariado como classe universal, capaz de liderar as camadas dominadas na transformação revolucionária da sociedade. Nem chegara o tempo em que nações de base esmagadoramente agrária, a partir da experiência chinesa, iriam readaptar ao seu âmbito específico os princípios do marxismo.

Lembre-se que, se o anarco-sindicalismo voltou seu discurso e sua atividade para os trabalhadores manuais, nem por isso privilegiou o proletariado como classe revolucionária. O alvo a alcançar consistia em infundir a consciência libertária nas "massas exploradas" para a destruição de um sistema dominado pelos "exploradores". Faltavam assim no país as condições materiais objetivas para que se constituísse um núcleo dirigente inspirado no socialismo revolucionário — os capitães sem exército, na expressão de Gramsci.

CAPÍTULO II

O TRABALHADOR URBANO

As condições gerais do trabalho urbano no Brasil nos trinta primeiros anos deste século são conhecidas correspondendo, nas empresas maiores, ao modelo de acumulação da primeira fase do capitalismo industrial. Por toda parte, impera o reino da liberdade; a legislação fabril, esta "primeira reação consciente e sistemática da sociedade contra a marcha elementar do processo produtivo", é muito restrita e ineficaz. Sobre o trabalhador recai não só a forma absoluta de extração do excedente como ainda a contínua insegurança. Em regra, nada impede a despedida imediata após longos anos de serviço, os frequentes acidentes não são indenizados, inexistente a previdência social; no horizonte, não se desenha a expectativa da aposentadoria, por magra que seja. Tudo isto é trivial como trivial é a referência às épocas de vigência do *laissez faire* nas relações de trabalho e de início da intervenção do Estado. Convém porém acentuar o alcance da interiorização da insegurança, pois começa-se hoje a esquecer uma outra trivialidade: o enorme significado na consciência do trabalhador dos germes mitificados de sua quebra e o correspondente rendimento político associado à imagem de Getúlio Vargas.

Se o quadro genérico é este, as diferenças específicas de setor, de ramo a ramo, são muito grandes. Quantitativamente, a estrutura da indústria se caracteriza pela pequena empresa, de mínima capitalização e base técnica artesanal. Observe-se entretanto que as unidades maiores concentram uma parcela considerável da população trabalhadora (Tabela II-1). Na pequena empresa predomina o operário especializado, conhecedor do uso da ferramenta, prolongamento da mão e da habilidade manual.